

# **ACADEMIA MILITAR**

**Direcção de Ensino**

**Curso de Cavalaria**

## **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

### **O EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ**

**AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Paulo Sérgio Cordeiro Rodrigues**

**ORIENTADOR: Major de Cavalaria José Carlos Loureiro**

**LISBOA, MAIO DE 2009**



# **ACADEMIA MILITAR**

**Direcção de Ensino**

**Curso de Cavalaria**

## **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

### **O EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ**

**AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Paulo Sérgio Cordeiro Rodrigues**

**ORIENTADOR: Major de Cavalaria José Carlos Loureiro**

**LISBOA, MAIO DE 2009**

# DEDICATÓRIA

***À minha Família  
e Amigos.***

## AGRADECIMENTOS

Não poderia desperdiçar de forma alguma este espaço, para deixar registado, os meus sinceros agradecimentos às pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho, em especial:

Ao Major de Cavalaria José Carlos Loureiro pela prontidão com que aceitou o convite de orientar este trabalho e pela disponibilidade demonstrada no auxílio à condução do mesmo.

Ao Capitão de Cavalaria Duarte Cigre pela imediata disponibilidade com que aceitou o convite para a realização da entrevista e ajuda no desenvolvimento do trabalho.

Ao Sargento-Ajudante de Cavalaria Victor Santos pela vontade evidenciada no convite e condução da entrevista.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Nunes Silva pelo apoio prestado no fornecimento de manuais e publicações que contribuíram bastante para desenvolvimento do trabalho.

Ao director do curso de Cavalaria da Academia Militar, Tenente-Coronel Rodrigues Ramos pela permanente disponibilidade demonstrada para a colaboração no trabalho.

À Sr.<sup>a</sup> Professora Sofia Menezes por, na qualidade de docente da cadeira de língua inglesa na Academia Militar, ter a gentileza de ter aceite o pedido de verificação e correcção da tradução da escrita de textos originais em inglês.

Aos meus amigos e camaradas de curso pelo apoio demonstrado não só na intenção de auxílio em prol do trabalho, mas também ao longo destes anos de formação.

À minha querida namorada Susana Silva pela colaboração na supervisão das normas de formatação do trabalho e pelo perpétuo apoio demonstrado.

À minha irmã Mónica Rodrigues pelo contínuo incentivo e apoio moral que fez questão de demonstrar ao longo de todo o trabalho de investigação.

Para terminar, aos meus Pais. Tudo lhes devo.

# ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS .....	vii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	viii
RESUMO .....	x
ABSTRACT .....	xi
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>4</b>
1.1 OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ.....	4
1.1.1 PRINCÍPIOS DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ .....	5
1.1.2 TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ.....	7
1.2 A POLÍCIA MILITAR NA OTAN .....	12
1.2.1 ESTRUTURAS E MISSÕES DA PM SEGUNDO A OTAN .....	13
1.3 UNIDADES ESPECIALIZADAS DE POLÍCIA MILITAR .....	18
1.3.1 UNIDADE ESPECIALIZADA DE POLÍCIA MILITAR DO EXÉRCITO POLACO.....	19
1.4 SÍNTESE CONCLUSIVA .....	21

<b>CAPÍTULO 2 – ACTIVIDADES DE POLÍCIA MILITAR EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ.....</b>	<b>22</b>
2.1 ACTIVIDADES E TAREFAS DESENVOLVIDAS PELAS PM NAS OAP .....	23
2.2 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	25
<b>CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASOS.....</b>	<b>26</b>
3.1 A PM NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO KOSOVO .....	26
3.1.1 ESTUDO DO CASO .....	27
3.2 A PM NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO AFEGANISTÃO .....	29
3.2.1 ESTUDO DO CASO .....	30
3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	32
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR .....</b>	<b>34</b>
4.1 O EMPREGO DA FORÇA.....	34
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>40</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>45</b>
APÊNDICE A – ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MAJOR DE CAVALARIA LOUREIRO .....	46
APÊNDICE B – ENTREVISTA CONCEDIDA PELO CAPITÃO DE CAVALARIA CIGRE.....	49
APÊNDICE C – ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SARGENTO-AJUDANTE VÍTOR SANTOS.....	51
APÊNDICE D – QUADRO DA RELAÇÃO ENTRE AS ACTIVIDADES E TAREFAS DESENVOLVIDAS NAS OAP E AS MISSÕES DE PM.....	53

<b>ANEXOS.....</b>	<b>55</b>
ANEXO A – ARTIGO 5º DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE.....	56
ANEXO B – PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE CONTROLO DE CIRCULAÇÃO .....	57
ANEXO C – PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA LEI E DA ORDEM.....	58
ANEXO D – PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE SEGURANÇA DE ÁREA .....	59
ANEXO E – PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE PRISIONEIRO DE GUERRA.....	60
ANEXO F – PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE POLÍCIA MILITAR .....	61
ANEXO G – GLOSSÁRIO DAS ACTIVIDADES E TAREFAS NAS OAP.....	62

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1: Relação entre os princípios das OAP. ....	7
Gráfico 1.2: O espectro de actividades no âmbito das operações de apoio à paz.....	8



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Diagrama típico organizacional da PM de uma PSF. ....	14
Figura 1.2: Missões e funções típicas da PM da PSF. ....	15

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>AM</b>	Academia Militar
<b>AOR</b>	Área de Responsabilidade ( <i>Area of Responsibility</i> )
<b>CT</b>	Controlo de Tumultos
<b>CC</b>	Controlo de Circulação
<b>EM</b>	Estado-Maior
<b>ELan</b>	Esquadrão de Lanceiros
<b>EOD</b>	Inactivação de Engenhos Explosivos ( <i>Explosive Ordnance Disposal</i> )
<b>FFAA</b>	Forças Armadas
<b>INTERFET</b>	Força Internacional em Timor-Leste ( <i>International Force for East Timor</i> )
<b>ISAF</b>	Força Internacional de Assistência e Segurança ( <i>International Security Assistance Force</i> )
<b>KFOR</b>	Força no Kosovo ( <i>Kosovo Force</i> )
<b>KAIA</b>	Aeroporto Internacional de Cabul ( <i>Kabul International Airport</i> )
<b>ML</b>	Manutenção da Lei e da Ordem
<b>NRF</b>	Força de Resposta da Organização do Tratado do Atlântico Norte ( <i>NATO Response Force</i> )
<b>OAP</b>	Operações de Apoio à Paz
<b>ORC</b>	Operações de Resposta à Crise
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OMTL</b>	Equipa Operacional de Ligação e Aconselhamento ( <i>Operational Mentor and Liaison Team</i> )
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas

<b>OSCE</b>	Organização de Segurança e Cooperação Europeia
<b>PM</b>	Polícia Militar
<b>PSF</b>	Força de Apoio à Paz ( <i>Peace Support Force</i> )
<b>PG</b>	Prisioneiros de Guerra
<b>RE</b>	Regras de Empenhamento
<b>SOFA</b>	Acordo do Estatuto das Forças ( <i>Status of Forces Agreement</i> )
<b>SA</b>	Segurança de Área
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>TO</b>	Teatro de Operações
<b>UNTAET</b>	Força da Organização das Nações Unidas para a Administração Transitória em Timor-Leste ( <i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i> )
<b>UNMISET</b>	Força de Apoio das Nações Unidas em Timor-Leste ( <i>United Nations Mission of Support East Timor</i> )
<b>UEPM</b>	Unidades Especializadas de Polícia Militar

## RESUMO

O tema deste trabalho prende-se com o contributo das forças de Polícia Militar no diversificado espectro de Operações de Apoio à Paz a que são chamadas a actuar.

A doutrina e preparação destas forças assumem um papel preponderante na condução das suas missões nos Teatros de Operações designados pelas Organizações Internacionais de Segurança. O presente estudo visa assim, verificar e analisar a adequação da doutrina preconizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte para as forças de Polícia Militar nos ambientes de apoio à paz. Para tal, os métodos de investigação científica baseiam-se na observação directa e na realização de entrevistas com vista a resposta à pergunta de investigação.

Os resultados mais relevantes do estudo verificaram-se ao nível da relação e comparação entre as actividades e tarefas da Polícia Militar e os cenários de apoio à paz, incluindo os estudos de caso da forma de actuação da Polícia Militar nos Teatros de Operações do Kosovo e do Afeganistão.

No final regista-se a adequação do emprego de forças de Polícia Militar para as actividades desenvolvidas nas Operações de Apoio à Paz.

**PALAVRAS-CHAVE:** POLÍCIA MILITAR; OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ; ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE; EMPREGO DA FORÇA.

## ABSTRACT

The theme of this study is the contribution of Military Police forces to Peace Support Operations.

The doctrine and training of military forces has a major role in terms of conducting missions in the theatres of operations indicated by International Security Organizations. Therefore the main aim of this study is to check and analyse the adequacy of the North Atlantic Treaty Organization doctrine to the Military Police force in peace support operations environments. Hence, the chosen methodology was based on direct observation and interviews.

The most relevant results of the study have to do with both the relation and the comparison between the activities and tasks of Military Police and Peace Support scenarios, namely the case studies concerning the way the Military Police acts in Kosovo and Afghanistan Theatres of Operations.

All in all, it can be stated that Military Police forces are fully adequate to perform all kinds of activities concerning Peace Support Operations.

**KEY-WORDS:** MILITARY POLICE; PEACE SUPPORT OPERATIONS; NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION; USE OF THE FORCE.

*“Quando se usa a Força Terrestre numa Missão de Paz,  
não se conseguem obter resultados duradouros (...).  
O mais que conseguimos é obter a ausência da Guerra .”*

*Major General William L. Nash, USA  
Comandante do Agr EAGLE, Bosnia-Herzegovina, 1995.*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Investigação Aplicada (TIA) é parte constituinte do nono semestre da formação do aluno da Academia Militar (AM). Está inserido no Tirocínio para Oficial de Cavalaria e destina-se a verificar e analisar o emprego das forças de Polícia Militar (PM) nas várias missões e tarefas das Operações de Apoio à Paz (OAP).

### ENQUADRAMENTO

Praticamente todos os dias, a comunicação social, manifestada nas suas mais variadas formas, faz chegar a todos, relatos notórios de uma sociedade com uma crítica cada vez mais atenta às questões militares<sup>1</sup>. A participação de forças militares em Operações de Resposta à Crise<sup>2</sup> (ORC) é uma área pela qual recai também a atenção dos media. É justamente no âmbito deste tipo de operações que o tema deste trabalho toma especial pertinência.

A constante solicitação de forças militares por parte das Organizações de Segurança às quais pertencem, requer destas forças a necessária preparação de forma a dar respostas assertivas quando empregues nos Teatros de Operações (TO). A PM, enquanto unidade integrante de uma Força de Apoio à Paz (PSF)<sup>3</sup> deve assegurar as perfeitas condições de emprego da sua força, quando esta é requerida.

### JUSTIFICAÇÃO

As ORC materializam cada vez mais a actividade das Forças Armadas (FFAA) dos países ocidentais e das Alianças Internacionais. Os países desenvolvidos centram a sua

---

<sup>1</sup> Após os atentados do 11 de Setembro, a imprensa mundial parece ter “despertado” para as questões da Defesa, particularmente para a ameaça de novos actos terroristas, como os verificados em Madrid e Londres.

<sup>2</sup> No âmbito deste trabalho o conceito de crise é definido como a situação de âmbito nacional ou internacional que configura uma ameaça aos valores, interesses ou objectivos das partes envolvidas (*Generic Crisis Management Handbook*, NATO, 2001).

<sup>3</sup> *Peace Support Force*.

atenção nas acções que vão contra os Direitos Humanos, questões ligadas à pobreza e problemas causadas por conflitos armados. Deste modo, direccionam parcialmente o emprego das suas capacidades militares em auxílio às populações assoladas por estes problemas de forma a minimizar o seu efeito. Aparecem assim as OAP, constituídas por forças militares que actuam na prossecução da sua missão de paz. Entre estas forças, encontra-se a PM.

## **OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO**

A PM, como força constituinte de uma PSF, tem características próprias, inerentes das suas missões, que a distingue das outras forças. Desta forma, pretende-se analisar todas as potencialidades da PM neste tipo de missões, nomeadamente no que diz respeito à doutrina de emprego, análise das formas e meios de actuação nos vários TO, assim como perspectivas futuras, sob o mote da questão central: **Em que medida a doutrina da PM OTAN é adequada às necessidades de emprego da PM nas missões de OAP?**

## **OBJECTIVOS**

Face a este problema, foram identificadas questões derivadas (QD) e hipóteses (H) na tentativa de responder à questão central:

**QD 1:** Das actividades e tarefas que são conduzidas pela PM nas OAP, quais vão ao encontro das missões típicas destas Unidades?

**H1:** As actividades e tarefas que a PM desenvolve no cumprimento das suas missões típicas, adaptam-se perfeitamente aos ambientes de OAP.

**H2:** O cumprimento da missão de Prisioneiros de Guerra é, no âmbito do espectro das missões de PM, a que menos se verifica no desenvolvimento das actividades e tarefas em OAP.

**QD 2:** Quais os procedimentos empregues pela PM nos TO do Kosovo e do Afeganistão que estão em concordância com a doutrina de emprego da OTAN para as forças de PM?

**H3:** A condução de procedimentos no âmbito da actividade de controlo de tumultos deve ser exclusiva da PM.

**H4:** Os militares PM devem estar preparados para a condução de procedimentos de natureza policial.



## METODOLOGIA

Este TIA teve o seu ponto de partida no momento em que se começou com o diálogo e leitura sobre o assunto, aliado ao facto de no nosso país a função de Polícia Militar<sup>4</sup> ser executada pela Arma de Cavalaria, incutindo assim um crescente interesse pelo tema.

O trabalho tem como base livros, manuais técnicos, artigos de jornais e revistas militares, endereços de Internet da doutrina Internacional ligada à Polícia Militar, entre outras referências. Foram também realizadas entrevistas a militares com formação na área de PM, que inclusivamente já viveram por perto este tipo de experiências, desempenhando funções típicas de PM em TO, constituindo assim um testemunho credível na tentativa da validação das hipóteses. Estas entrevistas aliadas a conversas informais sobre o tema criaram uma mais valia no crescente envolvimento com o tema.

## SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

O trabalho começa com um enquadramento conceptual sobre os princípios e tipologia das OAP, assim como uma abordagem às missões típicas da Polícia Militar e das Unidades Especializadas de Polícia Militar segundo o referencial doutrinário *Allied Procedures Publication-12* (APP-12) sob a égide da OTAN.

O Capítulo seguinte é referente às actividades e tarefas desenvolvidas em Operações de Apoio à Paz com especial destaque para aquelas que são levadas a cabo pela PM.

No Capítulo 3 evoca-se o estudo de casos nos TO do Kosovo e do Afeganistão, onde militares portugueses desempenharam funções de Polícia Militar, para no Capítulo seguinte serem analisadas as semelhanças e as diferenças da doutrina preconizada pela OTAN para a PM nestes cenários e Resposta a Crise.

No final dos referidos capítulos são apresentadas umas breves conclusões sobre os temas desenvolvidos nestes, com vista a um melhor encadeamento e compreensão dos assuntos que conduzirão às respostas das questões derivadas. Por fim, dá-se lugar às conclusões e recomendações.

---

<sup>4</sup> Polícia do Exército, de acordo com o Dec-Lei da Organização do Exército.

## **CAPÍTULO 1**

### **O ESTADO DA ARTE**

#### **1.1 OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ**

As Operações de Resposta a Crises compreendem um vasto leque de actividades visando sempre promover a paz e evitar o aumento da violência a nível mundial. São operações multifuncionais<sup>5</sup> que abrangem actividades políticas, militares e civis que de acordo com a lei Internacional contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises<sup>6</sup> que podem abranger desde a ajuda humanitária até à aplicação da força militar.

O envio dessas forças militares é normalmente sob o mandato de uma Organização internacionalmente reconhecida, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Os tipos de operações militares desta natureza estão divididos entre as operações conduzidas no âmbito do art. 5º do tratado de Washington<sup>7</sup>, as operações que não se encontram enquadradas neste âmbito (não-art.5º) de Resposta a Crises (Operações de Apoio à Paz e outras operações e tarefas de Resposta a Crises) e as missões nacionais de interesse público. Em suma, e num sentido mais lato, as Operações de Apoio à Paz são instituídas para auxiliar a manutenção ou restauração da paz, em áreas de conflito, através das forças multinacionais de militares, polícias e civis.

Neste sub capítulo pretende-se enunciar os princípios de actuação de uma PSF em ambiente de apoio à paz, assim como o alargado espectro de missões que recaem sob as operações de não-art.5º.

---

<sup>5</sup> O carácter multifuncional destas operações é atribuído pelo facto de envolverem um vasto e diversificado número de organizações que poderão estar envolvidas ao longo das diversas fases de uma OAP. (EME, 2005).

<sup>6</sup> De acordo com o Regulamento de Campanha – Operações, (2005).

<sup>7</sup> Ver Anexo A – Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte.

### 1.1.1 PRINCÍPIOS DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

O sucesso de uma Operação de Apoio à Paz depende largamente do apoio da população, das autoridades locais e da cooperação por parte das partes envolvidas com a comunidade internacional. Neste contexto, a criação de condições necessárias que conduzam a um ambiente seguro e estável é tarefa das forças militares que operam naquele TO.

Em primeiro lugar, e acima de tudo, um agente de paz é uma terceira força, que deve ser imparcial. O mínimo uso da força, a imparcialidade da força de paz e o consentimento da presença da missão de paz, por parte das facções em conflito, constituem os seus pressupostos básicos de regulamentação, actuação e conduta.

De acordo com o Regulamento de Campanha – Operações (EME, 2005), temos como princípios orientadores das OAP a imparcialidade, o consentimento e o uso limitado da força.

A **Imparcialidade**, na medida em que as forças em OAP não devem favorecer ou prejudicar nenhuma das partes. A imparcialidade é alicerçada a partir da percepção que as partes em conflito têm da conduta da força de paz. A força de apoio à paz, como terceira força presente no conflito actua na tentativa de cultivo de um clima no qual tanto as partes em conflito como a população local, sintam a sua presença como uma força justa e imparcial, isto é, sem o benefício de uma em relação à outra. Contudo, não basta apenas actuar de forma imparcial, esta forma de agir tem também que ser percebida pelos beligerantes e pela população local.

Ser imparcial não é necessariamente sinónimo do “não uso da força”, a conduta da Força de Apoio à Paz deve ser imparcial para com as partes, mas nunca neutral<sup>8</sup> na execução da missão, sob pena de colocar em causa o próprio processo de paz.

Todavia, há situações em que a neutralidade é uma exigência da missão. O caso dos observadores militares que têm como missão a recolha de informação através da observação, supervisando e relatando violações e incidentes que perturbem uma situação de cessar-fogo acordada. É requerida a sua neutralidade na medida em que o seu trabalho não deve conter acções de qualquer tipo de interferência com os diversos actores do respectivo ambiente de apoio à paz.

---

<sup>8</sup> O elemento neutral, ao abrigo de convenções internacionais, não participa em conflitos existentes (Porto Editora, 2009). Neste contexto, a principal diferença entre imparcialidade e neutralidade recai nas acções militares que a força imparcial pode tomar para manter a sua imparcialidade, enquanto que a força neutral nunca se envolve de forma atricional (JP 1-02, 2005)

Em suma o objectivo do uso da imparcialidade é essencial para obter a confiança e a cooperação das partes.

O **Consentimento** é outro princípio de actuação em OAP. Sem um activo consentimento das partes e da população é mais difícil alcançar uma paz prolongada e auto-sustentável.

Este princípio não tem características lineares, isto é, o grau de consentimento pode variar ao longo da missão de paz, conforme a forma de actuação e as actividades militares. A força de apoio à paz tem assim, que procurar o equilíbrio entre o respeito e a confiança dos beligerantes e da população local, na tentativa de não deixar descer o consentimento ao ponto do uso da força excessivo, conforme ilustrado pelo Gráfico 1.1.

O crescente índice de consentimento entre as partes presentes no conflito é o caminho para um ambiente de paz, carecendo de um incentivo ao longo do tempo pelas partes envolvidas no conflito relativamente à operação e ao seu mandato que deve ir ao encontro da prossecução deste princípio.

Nas OAP a **Limitação do Uso da Força** deve ser sempre um factor a considerar, restringindo ao mínimo indispensável o uso da mesma. Contudo, se existir a necessidade de utilizar a força, esta deve ser feita pela PSF no âmbito de determinadas considerações especiais.

Esta utilização da força deverá ir ao encontro da preocupação permanente em agir conforme as Regras de Empenhamento (RE) estabelecidas, tendo sempre como farol de orientação a sua proporcionalidade, sendo sempre apropriada e dirigida à ameaça. O uso da força, é sempre permitido nos casos de legítima defesa por parte das PSF.

Estes princípios orientadores nas OAP estão de tal forma interligados que o excessivo privilégio de um em relação aos outros pode fazer a diferença entre a paz auto-sustentável, o ambiente de ORC e a guerra convencional, conforme espelhado no gráfico que se segue.

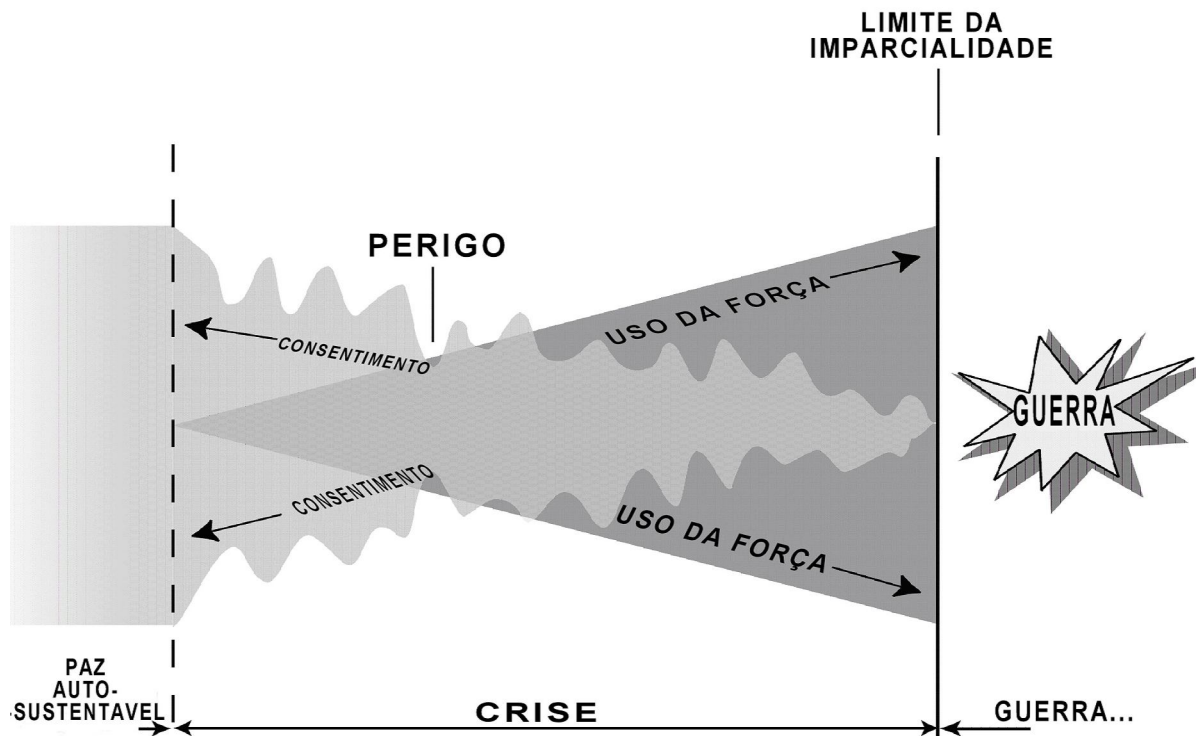


Gráfico 1.1: Relação entre os princípios das OAP.  
 Fonte: AJP-3.4.1 *Peace Support Operations* (2001, p. 2-6).

### 1.1.2 TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

As actividades desenvolvidas no âmbito das Missões de Apoio à Paz estão geralmente limitadas nos seus objectivos, meios, área e tempo, na medida em que estes tipos de missões são conduzidas por períodos de tempo indeterminados e o desenrolar das operações é um factor fortemente determinante para a condução das mesmas. Assim, as OAP podem cair num cariz mais ou menos intenso, com áreas de actuação mais alargadas ou reduzidas e mais ou menos extensas no que à sua duração diz respeito.

O Regulamento de Campanha – Operações (EME, 2005) define seis tipos de missões que são conduzidas nas OAP, são elas: as operações de manutenção, imposição, restabelecimento e consolidação de paz, prevenção de conflitos e ajuda humanitária.

Estas missões são desenhadas para se atingir um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas tendo em vista a criação de um ambiente seguro. Para as PSF que são chamadas a cumprir este tipo de tarefas é requerida uma postura imparcial da força, sendo este factor a principal diferença em relação às restantes operações militares de desenvolvimento convencional de acções de combate. Porém, e dependendo das situações em questão, estas operações poderão ser de cariz tão intenso e exigente como as que recaem no âmbito do art.5º.

Mais uma vez, os princípios mentores das OAP anteriormente referidos, aparecem relacionados com este espectro de operações, ditando mesmo o emprego do tipo de operação mais adequado, como é demonstrado no Gráfico 1.2. Por exemplo, a diferença principal entre uma operação de imposição de paz e uma operação de manutenção de paz recai sobretudo no consentimento das partes envolvidas, no qual o país solicita e autoriza a presença de militares estrangeiros no seu território de modo a cumprir o mandato da organização internacional.

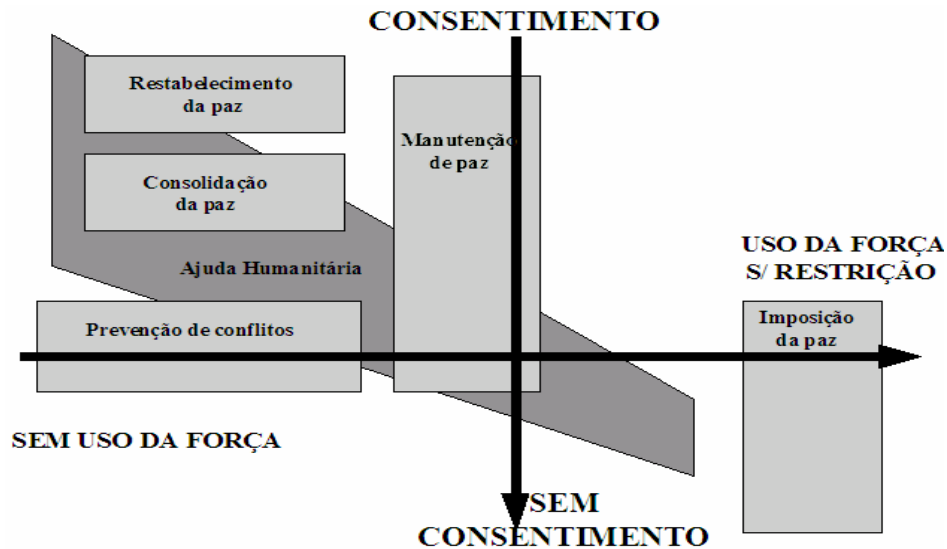


Gráfico 1.2: O espectro de actividades no âmbito das operações de apoio à paz.

Fonte: ME-20-76-04, IAEM (1996, p. 36).

De seguida são apresentadas as características e formas de actuação, assim como alguns dos TO nos quais estes tipos de operações foram desempenhadas.

Desde o final da Guerra-fria, o conceito de **manutenção de paz** sofreu sucessivas mudanças de modo a corresponder o melhor possível às diversas especificidades tipológicas das crises e dos conflitos.

A ONU refere-se à manutenção de paz como “*uma operação envolvendo pessoal militar, sem poderes de implementação, sob a égide das Nações Unidas com vista a auxiliar na manutenção ou na restauração da paz e segurança internacionais em áreas de conflito*” (ONU, 1990).

Tradicionalmente as operações de manutenção de paz limitam-se a acções de contenção e limitação de conflitos, utilizando para o efeito, militares e observadores de uma terceira parte, com o consentimento das partes em confronto.

As operações incluídas no conjunto de actividades de manutenção de paz realizam-se normalmente, na sequência de um acordo realizado entre as partes (como o cessar-fogo, separação de forças, manutenção da lei e da ordem etc.), sendo as actividades de observação e de interposição as mais típicas das forças militares, entre outras como por exemplo a protecção da distribuição de ajuda humanitária. A tipologia das actividades de manutenção de paz é largamente determinada pela tipologia dos conflitos.

A missão de manutenção de paz é a operação “rainha” das OAP, daí a ilustre afirmação de Dag Hammarskjöld<sup>9</sup>: *“As Operações de Manutenção de Paz não são trabalhos para soldados, mas só os soldados o poderão fazer”*.

As operações de **imposição de paz** são por natureza mais coercivas do que a anterior referida, pois são conduzidas ao abrigo do capítulo VII<sup>10</sup> da Carta das Nações Unidas, quando o consentimento das partes envolvidas no conflito não foi alcançado ou é incerto. Visa essencialmente coagir através de meios militares uma determinada parte ou partes, a cumprir uma determinada modalidade de acção, de modo a restaurar a paz nessa área de conflito.

O *Peace Enforcement*<sup>11</sup> é uma excepção às operações conduzidas em apoio à paz, na qual a procura de uma solução em conjunto com as partes envolvidas não é necessariamente “levada à letra”, recorrendo-se portanto, a acções de persuasão e muitas vezes de uso da força, podendo mesmo efectuar operações de combate.

Em 1999 o território de Timor-Leste, foi palco de uma missão de paz sob a égide da ONU. O Conselho de Segurança autorizou a força multinacional INTERFET<sup>12</sup> a impor a paz e segurança, visando pôr fim aos cenários de violência, devastação e muitas vezes atentados dos Direitos Humanos por parte das forças de guerrilha e autoridades Indonésias que reclamavam o território e opunham-se ao estatuto de independência de Timor-Leste.

Seguiu-se uma fase de administração transitória intitulada de UNTAET<sup>13</sup> (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste) que desenvolveu operações no quadro de um mandato multidimensional que a incumbia de garantir a segurança e manter a ordem pública enquanto trabalhava com os Timorenses no sentido de criar as bases da governação democrática. A ONU permitiu o regresso dos refugiados, ajudou a criar serviços sociais e assegurou a assistência humanitária.

---

<sup>9</sup> Foi de 1953 a 1961 Secretário-geral das Nações Unidas; candidato a Prémio Nobel da Paz em 1961 (ONU, 2006)

<sup>10</sup> Acções com respeito a ameaças de paz, lacunas no processo de paz e actos de agressão.

<sup>11</sup> Termo em inglês de “Imposição de Paz”.

<sup>12</sup> *International Force for East Timor*.

<sup>13</sup> *United Nations Transitional Administration in East Timor*.

Após a independência de Timor-Leste, em 2002, a UNTAET terminou a sua missão de administração transitória, sendo substituída pela UNMISSET<sup>14</sup>. Esta missão visava a consolidação do processo de paz, destacando-se a prestação de assistência ao nível da criação de estruturas administrativas, desenvolvimento dos serviços policiais e manutenção da segurança (ONU 2005).

Neste exemplo de Timor-Leste está bem patente a relação destes dois tipos de OAP, podendo definir, em grosso modo, dois cenários dentro do conflito. Numa primeira fase com instabilidade de ordem e violência, exigindo a presença de uma terceira força militar com capacidades de uso de força, caso necessário. E numa segunda fase, depois da independência, já com a ameaça de conflitos menos prováveis, requerendo uma força que confira segurança, mas que sobretudo permita, através da sua presença, o desenvolvimento do país pós conflito.

Englobam-se na **prevenção de conflitos** as acções destinadas a evitar que as divergências e diferendos se agravem, alargando-se ou degenerando-se em conflitos armados. Normalmente, são conduzidas no âmbito do capítulo VI<sup>15</sup> da Carta das Nações Unidas, podendo recair sob os princípios do capítulo VII caso haja necessidade de deter e coagir as partes através de um mandato de imposição.

As actividades levadas a cabo na prevenção de conflitos podem revestir diversas formas, como iniciativas diplomáticas ou o emprego preventivo de tropas, tendo em vista a resolução pacífica de determinada situação de crise que ameace degenerar em conflito armado.

Pode ainda incluir missões de verificação e observação, inspecções, consultas, avisos e emprego preventivo ou pré-posicionamento de forças militares ou missões civis para evitar a crise. A colocação preventiva de forças no terreno destina-se a ajudar a reforçar a confiança em zonas de tensão ou entre comunidades altamente polarizadas.

A Ex-República Jugoslava da Macedónia<sup>16</sup>, em 1992, solicitou a colocação no terreno de observadores militares das Nações Unidas para evitar o possível alastramento para o seu território de uma guerra regional (ONU, 2002). O mandato da ONU era essencialmente preventivo, com a vigilância e observação de quaisquer acontecimentos que pudessem por em causa a estabilidade da República e ameaçasse o território. Nesse sentido foram colocados soldados, observadores e postos de fiscalização da polícia civil ao longo do

---

<sup>14</sup> *United Nations Mission of Support East Timor.*

<sup>15</sup> Resolução pacífica de disputas.

<sup>16</sup> O prefixo “Ex”, é empregue neste contexto, na medida em que a Macedónia era até 1991, uma das seis repúblicas da República da Jugoslávia.



território, em especial nas zonas de fronteira, a fim de reduzir de tensões, na facilitação da gestão de zonas fronteiriças e na neutralização de incidentes nessas zonas.

Ao tomar esta iniciativa de solicitar a colocação de forças ONU no terreno, o país mostrou que estava mais preocupado com a paz e a estabilidade do que com uma possível ideia de interferência estrangeira. Constitui assim, um exemplo de prevenção de conflito armado, ao actuar no pedido de auxílio a uma organização internacional com capacidade militar de colocação preventiva de forças no terreno.

O **restabelecimento de paz** pode abranger acções diplomáticas<sup>17</sup> conduzidas após o início do conflito, com o objectivo de alcançar um cessar-fogo, um rápido acordo de paz ou de conseguir condições de resolução de uma maneira pacífica. Entre as tarefas a desenvolver para prevenir conflitos e manter a paz, destaca-se a de procurar que as partes hostis cheguem a acordo por meios pacíficos. O Capítulo VI da Carta das Nações Unidas apresenta uma lista completa dos meios de resolução pacífica de conflitos.

Assim, primariamente o restabelecimento da paz é obtido através de iniciativas diplomáticas como a negociação, a mediação, a conciliação, ou ainda medidas de pressão diplomática como o isolamento e sanções do foro económico. Este tipo de OAP é conduzido num ambiente com um alto grau de consentimento.

As operações de **consolidação de paz** têm como objectivo cimentar uma paz frágil e contribuir para uma estabilidade duradoura através da consolidação da paz e do apoio à reconstrução económica. Assume a forma de projectos de cooperação, que contribuem para o desenvolvimento económico e social e para o aumentar da confiança, sendo elemento fundamental para a preservação da paz.

O termo *peace building*<sup>18</sup> demonstra bem a definição de “construção de paz” deste conceito, pois abarca as acções que apoiam medidas políticas, económicas, sociais e militares visando fortalecer os acordos políticos e diminuir as causas do conflito, evitando o retorno das hostilidades.

A **ajuda humanitária** é efectuada pelas PSF quando as autoridades locais responsáveis não têm possibilidades e/ou capacidades ou então por não demonstrarem vontade em fornecer apoio adequado à população necessitada. Nestes casos são desenvolvidas actividades com a finalidade de aliviar o sofrimento humano e minorar os efeitos negativos dos conflitos na população.

---

<sup>17</sup> De acordo com o artigo 33 do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas.

<sup>18</sup> Termo em inglês de “Consolidação da Paz”.

Na sequência de casos de catástrofe ou calamidade por exemplo, as missões de ajuda humanitária podem ser conduzidas diferenciadas das operações de apoio à paz que normalmente as complementam.

As recentes catástrofes nos Estados Unidos provocadas pelo furacão Katrina e no Paquistão pelo sismo que abalou o sul da Ásia, sublinharam a importância que determinadas capacidades militares podem assumir neste tipo de missões. A ajuda humanitária conduzida pela OTAN deu uma contribuição bastante útil e demonstrou a solidariedade da Aliança ao oferecer às vítimas das catástrofes os bens de que necessitavam na hora de aflição.

Destacam-se como emprego dos meios militares em ajuda a estas operações, o transporte aéreo estratégico no envio, de forma urgente, dos bens de ajuda humanitária necessários, uma vez que nem sempre estão disponíveis aviões comerciais em número suficiente. Além disso, os helicópteros demonstraram ser essenciais durante a primeira fase de uma operação de ajuda humanitária, quando as estradas se encontram muitas vezes demasiado danificadas para serem utilizadas. Os hospitais militares e o pessoal médico rapidamente destacáveis, auxiliaram também as unidades de intervenção primária demasiado sobrecarregadas. Igualmente as Unidades de engenharia militar, as unidades de purificação da água e as equipas de busca e salvamento dispõem de conhecimentos que podem melhorar de forma substancial as capacidades de reacção a uma crise e salvar vidas (OTAN, 2006).

A ajuda humanitária prestada pela OTAN foi fundamental dentro do contexto da operação humanitária e ajudou a salvar muitas vidas, contribuindo assim de forma meritória para minimizar os efeitos das catástrofes. A polícia militar pode desempenhar nestas operações, acções de segurança às forças militares que trabalham no auxílio às populações e infraestruturas abaladas pelos desastres.

## 1.2 A POLÍCIA MILITAR NA OTAN

No que concerne à actuação e emprego dos meios da PM, existe um manual de doutrina e procedimentos da PM NATO. O APP-12<sup>19</sup> e o *draft* da doutrina da PM aliada<sup>20</sup> que têm como principal objectivo definir os métodos e procedimentos de treino e execução das tarefas das forças das PM aliadas, e destas com os demais tipos de forças, subordinando-se, portanto, à doutrina das operações terrestres. No contexto do APP-12 o termo *NATO Military Police* pode incluir forças compostas da OTAN ou não-OTAN,

---

<sup>19</sup> *NATO Military Police Doctrine and Procedures, 2000.*

<sup>20</sup> *AJP – 3.2.3.3 Allied Military Police Doctrine.*

reportando-se sempre à componente terrestre da PM<sup>21</sup>. Convém também referir que no âmbito deste trabalho, o termo Polícia Militar reporta-se exclusivamente à componente do Ramo Exército.

Tendo esta consideração com referência, este sub capítulo do enquadramento conceptual pretende focar a estrutura e missões da PM segundo a OTAN tendo como referência o seu manual doutrinário, o APP-12.

### **1.2.1 ESTRUTURAS E MISSÕES DA PM SEGUNDO A OTAN**

A OTAN tem como referência para a PM, o auxílio na prossecução da missão de paz de uma PSF. Assim, a estrutura da força PM está articulada para o desempenho de todas as actividades e tarefas que vão de encontro à execução das suas missões.

Quando empregue numa determinada área, a actuação da PM rege-se por um conjunto de poderes, competências e autoridades que normalmente prevalecem sob as autoridades locais. Estas relações de autoridade derivam de um documento que regula o estatuto das forças, denominado de SOFA<sup>22</sup>. A conjugação da legislação do país hospedeiro com as bases legais conferidas pela OTAN, no que à PM diz respeito, é uma questão que carece de medidas de coordenação peculiares, uma vez que pode por em causa a conduta da prossecução de um ambiente de paz e ordem.

À PM OTAN são conferidos poderes nacionais de detenção e autoridade sobre membros de determinada Força que esteja sujeita à sua lei nacional<sup>23</sup>. Para tal o SOFA deverá determinar quem detêm esses poderes de detenção, prisão e investigação das ofensas cometidas por membros da PSF no território da nação hospedeira. A PM pode também levar a cabo investigações de suspeitas de violação da disciplina e ordem, assim como incidentes onde a lei nacional não o permite.

Contudo, os poderes que são conferidos à PM variam de país para país o que leva a que o comando das PSF necessite de se assegurar que a PM que participa na operação seja a suficiente e apropriada para garantir a disciplina interna. Possui também, mediante o SOFA, autoridade de Comando e Controlo Operacional sob as polícias locais, sendo o Comandante da PM das PSF.

Como todas as missões de resposta a crises, o conhecimento por parte dos agentes da PM da cultura e tradições do país tomam especial importância, havendo geralmente um

---

<sup>21</sup> Em alguns países, o conceito de PM engloba a componente terrestre, naval e aérea.

<sup>22</sup> *Status of Forces Agreement*.

<sup>23</sup> Entenda-se Lei Nacional, como a lei do país hospedeiro das PSF.

intérprete a acompanhar as forças da PM nas suas tarefas de carácter mais directo com a população e as autoridades locais. Este elemento constitui uma mais valia na prevenção dos problemas que possam surgir das diferenças de carácter nacional, cultural e étnicas que emergem do uso inadequado da comunicação.

No que ao comando da PM diz respeito, esta assume algumas características peculiares. A preocupação primária que o comando da PM tem de ter em conta, é verificar se as responsabilidades dadas à PM em apoio às missões das PSF são apropriadas e exequíveis com os meios existentes. O comando da PM deve também ter acesso directo ao comando da PSF de modo a garantir um perfeito entrosamento e coordenação das missões dadas à PM. O comandante da PM é o responsável pela coordenação a nível de apoio de serviços e a nível operacional da sua força. Tem ainda à sua responsabilidade, o dever de aconselhar o comando da PSF sobre as capacidades da PM, assistir e supervisionar o fornecimento das Unidades de Apoio, rever as Operações da PM em curso, estar atento à legislação civil em vigor e planear e supervisionar as operações de controlo de circulação, manutenção da lei e da ordem, segurança de área, prisioneiros de guerra e unidades especializadas da PM.

A PM organiza-se neste tipo de cenários de acordo com a Figura 1.1, com o comando e as secções Operacional e Estado-Maior. As funções de Estado-Maior compreendem todo o trabalho de apoio à decisão. A função operacional, divide-se em sete áreas, conforme mostra a Figura 1.2. É importante também referir que o comando da PM deve manter uma relação muito próxima com as demais Forças de PM existentes naquele teatro.



Figura 1.1: Diagrama típico organizacional da PM de uma PSF.

Fonte: APP-12 (2000, p. 2-B-1).

As missões e funções típicas da PM que integram a secção operacional, estão demonstradas na figura seguinte (Figura 1.2), são elas: controlo de circulação, manutenção da lei e da ordem, segurança de área, prisioneiros de guerra, funções de investigação, operações de informações da PM e formação da polícia local.



Figura 1.2: Missões e funções típicas da PM da PSF.

Fonte: APP-12 (2001, p. 2-B-1).

O Comandante PM detêm, como vimos o comando completo<sup>24</sup> da sua força. Para a vertente operacional, estas missões basilares de uma força de polícia militar comportam várias actividades e tarefas para o sucesso dessas missões. “A característica mais importante da PM é a flexibilidade inerente à sua organização” (Cigre, 2009)<sup>25</sup>, a estrutura da força comporta um conjunto de actividades que a PM desenvolve nas várias áreas da sua responsabilidade e que tem como principal objectivo facilitar as operações desenvolvidas pela força de apoio à paz naquele território.

O **controlo de circulação**<sup>26</sup> tem como objectivo assegurar a efectiva fiscalização e controlo da circulação, tráfego e movimentos militares. A PM deve ser capaz de descongestionar e garantir o controlo de circulação assim como os movimentos em toda a área de actuação.

Os condutores de viaturas militares devem estar informados pelo respectivo comando a fim de cooperarem com as directivas das PM no que ao controlo de circulação

<sup>24</sup> Autoridade conferida a um comandante que abarca os aspectos operacionais, administrativos e logísticos em relação às forças postas à sua disposição. É caracterizado pela existência de um vínculo hierárquico genérico e indefinido, isto é, abrangendo todos os recursos e actividades e pode ser exercido sobre forças orgânicas atribuídas e de reforço. Tem competência para delegar autoridade (EME, 2005).

<sup>25</sup> Ver Apêndice B – Entrevista concedida pelo Capitão de Cavalaria Cigre.

<sup>26</sup> Ver Anexo B – Países da OTAN com capacidade de actuação nas actividades de controlo de circulação.

diz respeito. O comando da PM deve ter a iniciativa de projectar as suas forças em apoio de determinada operação. Essas operações geralmente compreendem a fiscalização dos condutores de viaturas, reconhecimento e vigilância de itinerários, controlo de refugiados, controlo de disseminação de informação, fiscalização de legislação da nação hospedeira<sup>27</sup>, escoltas das viaturas, postos de controlo de circulação, fiscalização de itinerários, escoltas a equipamento/material pesado e investigação de acidentes de trânsito.

Nas operações internas, a conduta das operações de **manutenção da lei e da ordem**<sup>28</sup> é apenas baseada na lei nacional. As operações conduzidas pelas PSF estão sob alçada da organização internacional responsável, conferindo-lhe autoridade para levar a cabo tarefas de manutenção da lei e da ordem, sendo essa força totalmente sabedora dos direitos e deveres a que estão sujeitos<sup>29</sup>. Assim, a PM em conjunto com o comando das PSF é responsável em manter a ordem e a disciplina e distinguir quais os casos de índole militar ou civil.

Dentro das operações de manutenção da lei e da ordem estão as tarefas de conduzir patrulhas, revista a pessoal, viaturas e instalações, apreensão de material e detenção de pessoal, emprego de equipas cinotécnicas, controlo de velocidade, fiscalização de álcool e drogas, nomeadamente dos condutores, e investigação de crimes de guerra. Nesta área, a investigação criminal é conduzida sob militares e civis que acometam ofensas a membros das PSF.

A **segurança de área**<sup>30</sup> engloba o conjunto de medidas necessárias à protecção da Força aumentando assim, a liberdade de movimentos na condução das suas missões. A PM deve contribuir para a segurança de área que inclui a segurança a equipamentos, instalações e pontos críticos.

O Reconhecimento de Área é também uma operação dentro da Segurança de Área, que visa a obtenção de informação detalhada acerca do terreno e actividade inimiga.

A PM tem na sua orgânica uma unidade de informações<sup>31</sup>. Esta unidade tem como missão todo o tratamento e análise das notícias e informações provenientes das actividades de investigação criminal, manutenção da lei e da ordem, operações de segurança, incidentes que violem a lei e ordem e outras operações. Tem uma ligação muito próxima

---

<sup>27</sup> Em parceria com as autoridades locais, geralmente para casos de emergência.

<sup>28</sup> Ver Anexo C – Países da OTAN com capacidade de actuação nas actividades de manutenção de lei e da ordem.

<sup>29</sup> Mediante o SOFA

<sup>30</sup> Ver Anexo D – Países da OTAN com capacidade de actuação nas actividades de segurança de área.

<sup>31</sup> *Intelligence operations.*

com as agências de informações das autoridades locais no sentido de maximizar a credibilidade das suas notícias.

No que à segurança de instalações e áreas críticas diz respeito, a OTAN privilegia o uso de sistema de vídeo para detectar ameaças a estes pontos. Contudo, a segurança física através de rondas e patrulhas são utilizadas para prevenir o acesso não autorizado a equipamento, instalações, material e informação, assim como protecção contra espionagem, terrorismo, sabotagem e demais danos que possam ser causados por estas ameaças.

As cargas especiais, nomeadamente comportando armas, munições, explosivos e material sensível, têm medidas de segurança especiais, geralmente observada de perto pelas forças PM. O comando das PSF pode também designar à PM, segurança na defesa de bases, postos de comando e pontos sensíveis.

As operações na área da retaguarda constituem uma importante actividade desenvolvida na missão de segurança de área, conferindo assim o seu controlo, liberdade de movimentos e a continuidade das operações. As ameaças à área da retaguarda são classificadas em vários níveis que vão desde a ameaça de pequenos agentes de sabotagem, a grandes unidades tácticas incluindo unidades aerotransportadas, forças anfíbias e forças de infiltração.

As PSF centram cada vez mais a sua atenção nas ameaças terroristas, levando a PM a desenvolver medidas contra este tipo de ameaças, nomeadamente utilizando acções de defesa e controlo, como o acesso a alvos vulneráveis e a condução de investigações. As medidas de anti-terrorismo e contra-terrorismo devem incluir assim, o acesso controlado a instalações, desenvolvimento de procedimentos de detecção de acções terroristas e medidas de ataque a estas quando necessário. Neste âmbito, a PM deve também ser empregue na protecção e escolta de personalidades VIP, passíveis de ameaças terroristas.

A PM é a força responsável pela administração dos **prisioneiros de guerra**<sup>32</sup> (PG), compete-lhe a sua procura e transporte para os locais de reunião, assim como o zelo pelos seus direitos, privilégios e obrigações. O tratamento de PG rege-se pelas convenções de Genebra, sobre PG, feridos e doentes nos Exércitos em campanha, ambas assinadas e ratificadas pela maior parte das Nações. A missão de PG não se restringe ao tratamento de PG das forças inimigas, comportando também os PG das forças amigas e civis internados (FM 3-19.1, 2002).

---

<sup>32</sup> Ver Anexo E – Países da OTAN com capacidade de actuação nas actividades de prisioneiros de guerra.

### 1.3 UNIDADES ESPECIALIZADAS DE POLÍCIA MILITAR

Num ambiente de Apoio à Paz onde poderão ocorrer problemas no âmbito da segurança pública, a força militar em apoio encontra por vezes dificuldades de actuação ligadas ao facto de essa força estar munida de armas convencionais e não ter formação específica, instrução ou equipamento adequado para fazer face a estes eventuais problemas de segurança.

A polícia e autoridades locais poderão não ter capacidade interventiva ou por vezes nem sequer mostrar interesse em envolver-se em assuntos do foro da ordem pública, devido a factores políticos ou étnicos. É nesse contexto que toma especial preponderância a criação de Unidades Especializadas de Polícia Militar<sup>33</sup> (UEPM), unidades de PM é certo, mas com valências e treino que vão ao encontro da necessidade de interacção com forças beligerantes, mas também de questões de manutenção de ordem interna. O conceito de UEPM surgiu em 1998 na Bósnia pelo General norte-americano Wesley Clark<sup>34</sup>, com o intuito de *“criar uma força militar com conhecimento das técnicas e treino policial, para colmatar o “buraco” entre as forças militares convencionais e as forças de polícia civis”*<sup>35</sup> (OTAN, 2009).

Estas unidades têm assim, como principal missão, a manutenção da ordem pública e têm na sua constituição características próprias, fruto da actuação para a qual estão vocacionadas. Nomeadamente o uso de armamento e equipamento que muitas vezes se assemelham a forças de segurança, como sendo os calibres mais reduzidos, granadas de gás para a dispersão de tumultos, ou mesmo munições de borracha. Todavia, não nos podemos esquecer que estas unidades são de cariz militar<sup>36</sup>, necessitando assim, de estar preparadas para fazer face a todo o tipo de ameaças que possam surgir num ambiente de OAP, incluindo a condução de operações de combate.

A UEPM é parte integrante da Força de Paz, dependendo directamente do comando da mesma. Esse comando militar no qual esta força está inserida, pode assim garantir a capacidade de resposta a alterações de ordem pública, uma vez que não é empenhada em tarefas rotineiras de polícia.

---

<sup>33</sup> Ver Anexo F – Países da OTAN com capacidade de actuação nas actividades de Unidades Especializadas de Polícia Militar.

<sup>34</sup> Comandou a “Operação Força Aliada” no Kosovo durante o desempenho de funções como Comandante do SHAPE (*Supreme Headquarters Allied Power Europe*) das Forças militares da OTAN, entre 1997 e 2000 (OTAN, 2002).

<sup>35</sup> As citações oriundas de fontes em língua estrangeira são, na sua totalidade de tradução livre do autor.

<sup>36</sup> Podem também ser formadas com forças militarizadas, como o caso italiano dos carabinieri e.g.



As suas principais tarefas são a contenção de distúrbios civis ou o restabelecimento da segurança pública, caso a dissuasão tenha falhado. As UEPM são unidades especializadas na condução de controlo de tumultos (CT), *“as UEPM constituem assim, forças de reacção rápida para as situações de alteração da lei e ordem, como sendo distúrbios causados por grupos civis”* (OTAN, 2009), administrando também formação às restantes Unidades de apoio à paz, em especial de CT.

A ligação com as Organizações Internacionais e em particular com as forças de polícia é fundamental para garantir o emprego da UEPM no momento e local adequado. *“São regularmente designadas para o treino e formação da polícia local, em diversas áreas, como sendo as técnicas de detenção e revista a pessoal, actuação com equipas cinotécnicas e investigação criminal”* (OTAN, 2009). As operações de Recolha de Informações são também missões típicas destas UEPM. São levadas a cabo com base nas actividades de patrulhamento, aumentando assim o prévio conhecimento de zonas críticas para o emprego de operações planeadas.

A condução de patrulhas em zonas urbanas, permite também o estabelecimento de um permanente contacto com a população constituindo um importante factor, na medida em que se torna possível a percepção das suas necessidades e receios, e ao mesmo tempo que se desenvolve um clima de confiança entre as partes.

### 1.3.1 UNIDADE ESPECIALIZADA DE POLÍCIA MILITAR DO EXÉRCITO POLACO

Em 2005, a Polónia tomou lugar de destaque ao investir na formação de unidades especializadas de polícia militar, alterando o estatuto da sua PM. Essas alterações prenderam-se não só no âmbito interno, mas também na aposta de uma força de polícia militar dinâmica capaz de responder às exigências da OTAN. Esta PM pode assim, em caso de excepcional necessidade, apoiar a polícia civil em patrulhamentos conjuntos e outras tarefas policiais (Alves, 2007), constituindo assim uma mais valia em termos da prática dos militares quando em missões de guerra ou em operações de resposta a crise são empregues.

E é justamente no emprego nas missões do âmbito das ORC que este subcapítulo pretende tratar. Um artigo do General polaco Boguslaw Pacek na *Military Review*<sup>37</sup> despertou o interesse na medida em que, a Polónia, país que investiu muito neste tipo de forças, lidera um projecto de formação de um Batalhão Multinacional de PM. Esta formação prende-se muito nas questões de fazer face às actuais ameaças terroristas, mas mais do

---

<sup>37</sup> Sob o título: *“Polish Military Police Specialized Units”*.

isso, houve a preocupação do cumprimento das exigências da OTAN para a constituição dessa força.

Assim, estas unidades devem ser preparadas e equipadas com custos relativamente baixos, já que é uma crescente preocupação da aliança atlântica reduzir os custos na projecção e manutenção das forças em ambiente de apoio à paz. Os militares têm de ser profissionais e estar devidamente treinados para o cumprimento das tarefas para as quais são vocacionados.

As unidades deverão ainda possuir um carácter altamente móvel e capaz de se projectarem rapidamente para um TO. Outra questão de elevada consideração prende-se com o emprego destas unidades em exigir a devida autorização legal de actuação como polícia, devendo também possuir uma estrutura organizacional flexível para dar resposta às necessidades de actuação versátil como solução às diversas actividades conduzidas pela PM nas OAP.

O armamento e equipamento padrão destas forças assemelham-se, como foi anteriormente referido, a forças de cariz policial, com armas leves (incluindo metralhadoras), viaturas de patrulha blindadas fabricadas na Polónia, viaturas de emergência e até já há um plano para a aquisição de armas electrónicas.

O modo básico de actuação desta força é a secção a seis homens, num pelotão a trinta militares. Em Gliwice, no sul da polónia, encontra-se sediada a única unidade operacional de UEPM da OTAN, onde a instrução tem como objectivo preparar militares num ambiente característico de polícia para o desempenho de tarefas como a execução de patrulhas, escolta de comboios, controlo de viaturas e de pessoas, participação em processos jurídicos, controlo de locais de acidentes ou crimes, captura e detenção de criminosos e segurança em eventos VIP.

Os militares estão também treinados na execução de combate ao terrorismo e resposta a ataques com agentes biológicos, radiológicos ou químicos. Actualmente, todos os soldados da UEPM frequentam também aulas de língua inglesa. Relativamente ao emprego das UEPM, os militares estão prontos a desempenhar operações de segurança de área, actuando em patrulhas ou presença contínua em pontos sensíveis. Podem conduzir acções de anti-terrorismo através do controlo de acessos a áreas vulneráveis e condução de investigações. Actuam em proveito da lei e da ordem pública em acções preventivas e recolha de informações baseadas nos contactos com a população e autoridades locais.

Desenvolvem acções na procura de suspeitos de crimes de guerra ou contra a humanidade e operam quando necessário, com subunidades para a execução de missões de manutenção da paz sob a égide da ONU, OTAN ou UE.

A República Checa, Eslováquia e Croácia são outros países dos quais se espera a formação de UEPM que correspondam aos padrões OTAN. *“Algumas nações aliadas estão inclusivamente a converter unidades de manobra, em especial de carros de combate, em unidades de PM, com maior versatilidade e probabilidade de emprego nos vários teatros de operações”* (Alves, 2007).

## 1.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

Este capítulo de revisão da literatura, serve essencialmente, para verificar o estado actual dos dois grandes temas em destaque no trabalho, as OAP e a PM.

Relativamente às operações de paz merecem destaque os princípios sustentadores da actuação militar num território de apoio à paz. Os princípios da imparcialidade, consentimento e limitação do uso da força são os “faróis” de orientação da PSF que, como vimos, o privilégio na actuação de uns em relação aos restantes está intimamente ligado à natureza da missão.

Numa operação de restabelecimento ou consolidação de paz, onde se procura que as partes hostis cheguem a acordo por meios pacíficos e que abarcam acções que apoiam medidas económicas, políticas e sociais que visam evitar o retorno das hostilidades, é notório um uso mais restrito da força do que numa operação de imposição de paz. Nesta, a coacção através de meios militares e por conseguinte o uso da força é uma prática frequente. Contudo, verifica-se que neste tipo de OAP o consentimento com as partes beligerantes e a população é necessariamente mais reduzido do que nas primeiras que são por natureza mais “pacíficas” e que vêm no consentimento o principal auxílio para a sua actuação.

Quanto às missões e estrutura da PM preconizada pela OTAN destacam-se como principais características, o facto de a esta força lhe ser conferida autoridade e competência que prevalecem sob as autoridades locais, fornecendo-lhe assim, as bases legais para a condução das suas sete missões mencionadas.

Vocacionadas para os problemas que emergem da desordem pública estão as UEPM. Distinguem-se das restantes forças de PM essencialmente pela especialização na actuação em ambientes de desordem social. Como vimos, a Polónia constitui um exemplo

de especialização e maximização das valências de PM com características que correspondem em pleno às actuais exigências da OTAN, salientando a estrutura dinâmica, treino e o baixo custo do seu emprego nas operações de não-artigo 5º.

## **CAPÍTULO 2**

### **ACTIVIDADES DE POLÍCIA MILITAR EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ**

Depois de no capítulo anterior terem sido referidos os princípios e tipologia das OAP, o segundo capítulo deste trabalho pretende enunciar e definir as actividades e tarefas que podem ser levadas a cabo nas OAP pela PM.

As tarefas a cargo da força de apoio à paz são a observação e monitorização, supervisionar tréguas e cessar-fogos, interposição, assistência à transição, desarmamento, desmobilização e reintegração, operações de restabelecimento da lei e da ordem, protecção de operações humanitárias, protecção de direitos humanos, inactivação de explosivos e limpeza de campos de minas, contenção de conflitos, separação de beligerantes, estabelecer e supervisionar áreas protegidas ou seguras, garantir e negar movimentos e por fim, imposição de sanções<sup>38</sup>.

Estas tarefas são conduzidas por Unidades das forças de apoio à paz, dependendo da adequação das missões típicas dessa Unidade. Para a PM, e de acordo com a sua estrutura e conceito de emprego destacam-se as operações de restabelecimento da lei e da ordem as quais envolvem acções com a finalidade de auxiliar o estabelecimento e manutenção da lei e da ordem internas, tendo em atenção a legislação desses países flagelados pelos conflitos. O acompanhamento e a interligação com as autoridades locais ganha aqui um lugar de destaque nas preocupações do comandante da PM, com o intuito de maximizar a capacidade de resposta a alterações à lei e à ordem de todos os militares e civis envolvidos naquele cenário. Para tal, as PSF deverão também desenvolver actividades no âmbito do contra-terrorismo, combate ao crime organizado e impor os termos previstos no mandato.

A Protecção de Operações Humanitárias tem como propósito a segurança de todas as entidades que auxiliam e trabalham nesses ambientes. Estas tarefas passam pela realização de escoltas e colunas, protecção de depósitos e equipamentos, e a protecção de todos os elementos envolvidos em operações humanitárias.

---

<sup>38</sup> Ver Anexo G – Glossário das actividades e tarefas nas OAP.

O estabelecimento e supervisionamento de áreas protegidas ou seguras dependem muito da cooperação local e da capacidade da força de paz de implementar medidas de segurança. O objectivo é criar áreas protegidas, que confirmam segurança às populações. A PM pode actuar nesta missão, tendo como base a protecção que é conseguida através de medidas activas de segurança de área, como por exemplo, através de patrulhamentos e controlo de acessos.

## **2.1 ACTIVIDADES E TAREFAS DESENVOLVIDAS PELA PM NAS OAP**

A polícia militar como força constituinte de uma força de apoio à paz pode levar a cabo, todas as actividades e tarefas anteriormente referidas, actuando como força isolada, ou no apoio a outras unidades que visam o cumprimento destas tarefas.

Contudo, dentro das missões típicas da PM referidas no capítulo 1, existe um determinado número de operações que a PM está vocacionada a desempenhar. Sendo assim e tendo como base as actividades e tarefas referidas no manual doutrinário da OTAN para a PM (APP-12), para a missão de controlo de circulação a PM deve conduzir operações de controlo de transviados<sup>39</sup>, que tem como objectivo a localização, reunião e gestão destes militares, para que regressem o mais rápido possível à sua unidade de origem. Normalmente, são lançados postos de controlo de transviados perto de itinerários ou pontos facilmente referenciáveis.

A resolução dos problemas de circulação garante o fluxo de tráfego com o máximo de segurança, com a finalidade de apoiar eficazmente as operações tácticas, sendo necessário o controlo físico dos movimentos nas redes de itinerários. Esta missão pode também abranger operações de reconhecimento e vigilância de itinerários, no qual os militares no terreno recolhem informações sobre as condições e actividade num determinado itinerário, a fim de garantir a segurança e circulação de tráfego.

A questão dos refugiados é outro problema pelo qual as agências internacionais mostram a sua preocupação nos TO onde se verificam estes casos de membros da população que procuram asilo e ajuda para além das fronteiras do seu país<sup>40</sup>. Neste sentido, o controlo de refugiados e deslocados pode ser levado a cabo pela PM, fazendo o seu controlo de movimentos e fornecendo informações às agências de refugiados instaladas no

---

<sup>39</sup> Um transviado é definido como qualquer militar ou viatura que, sem razão aparente, ou missão associada, é separado da sua unidade, coluna ou formação (APP-12 *Nato Military Police Doctrine and Procedures*, 2000).

<sup>40</sup> É definido como deslocado, um civil que devido a perigo, abandonou a sua casa para procurar salvação fora do seu habitual local de residência, mas dentro do território do seu país. (DP-20 Polícia do Exército).

país hospedeiro. Neste campo, denota-se a necessidade de coordenação com as autoridades locais e em particular os serviços de emergência, muitas vezes solicitados em auxílio dos refugiados. As escoltas a colunas de viaturas, têm em vista o apoio e a segurança do movimento, seja ela prestada a viaturas militares ou outras organizações civis que careçam desse apoio, como sendo, viaturas de abastecimento de ajuda humanitária.

Outra área de actuação das forças PM é a missão de Manutenção da lei e da ordem, facilitando assim as operações militares, através dos postos de fiscalização e revistas a pessoal e viaturas. A acção eficiente na investigação de crimes pela PM desencoraja as práticas criminosas e garante a boa administração da justiça. As equipas de investigação criminal actuam na prevenção e investigação do crime entre o pessoal militar e civis. Todo este processo engloba a recolha e guarda de provas, organização e manutenção de registos criminais, recuperação de propriedade perdida, roubada ou abandonada, em especial, a de natureza militar, assim como a procura e captura de indivíduos que tenham cometido crime, procedendo também à comunicação às unidades, e autoridades civis de informações relativas a crimes contra a humanidade, crimes cometidos em violação da legislação dos conflitos armados, ou demais crimes cometidos pelo seu pessoal.

Na investigação de trânsito, a PM faz o levantamento das informações sobre acidentes e incidentes de trânsito, a fim de determinar as causas e pormenores para a resolução de processos judiciais desta natureza. Conduz patrulhamentos com cães, controlo de tumultos, procura de armas, explosivos e estupefacientes, guarda e busca e salvamento.

Para a protecção de determinadas áreas e instalações a fim de garantir a segurança de pessoal e material de grande importância, as operações de segurança de área, obrigam ao cumprimento e execução de regras e sistemas de segurança que garantem a continuidade das operações. Essas medidas passam pelas operações de informações da polícia militar, que abrange todas as medidas de recolha, análise e disseminação de notícias e informações resultante das actividades criminais, manutenção da lei, operações de segurança e incidentes que perturbem a lei e a ordem.

Através do reconhecimento, vigilância e segurança de área, a PM obtém informação do terreno e actividade inimiga, observação do espaço aéreo e áreas adjacentes e contribui para o plano de condução da força de reacção rápida. Esta força de segurança de áreas e instalações, tem como objectivo a pronta resposta a ataques inimigos em defesa de determinada área ou instalação, em qualquer zona do terreno da responsabilidade da força de paz ou terreno que ponha em causa as operações desta.

As medidas a serem tomadas antes, durante ou após uma acção hostil ou acidente causado pelo homem, com a finalidade de reduzir os danos e reduzir efeitos, fazem parte

das medidas de operações de controlo de danos. A PM deve estar treinada para esta tarefa a fim de minimizar os danos causados de forma célere e eficiente. A segurança a altas entidades é uma actividade que a PM da força de apoio à paz executa, conferindo assim, a segurança próxima e protecção a altas entidades.

No que diz respeito a operações com prisioneiros de guerra, como vimos anteriormente, a PM é a entidade responsável pela sua condução e manuseamento, desenvolvendo acções de aconselhamento, isto é, promove a formação e ajuda técnica de administração de PG. É responsável pela sua recolha, assim como de toda a informação relativa aos prisioneiros de guerra, inclusive as circunstâncias da captura.

Os PG nesta fase são alojados em locais de reunião. A evacuação de PG, trata do transporte de sucessivos locais de reunião, desde as áreas susceptíveis de maior conflito até a áreas mais seguras na retaguarda. São levados dos locais avançados de reunião, para zonas na retaguarda destinadas para o efeito. É aí dado então, o internamento dos PGs, num local seguro do TO, onde são conduzidas as acções de investigação e recolha de informações, procedendo-se à sua administração e registo.

## **2.2 SÍNTESE CONCLUSIVA**

Foram enunciadas neste capítulo as actividades e tarefas que a PM pode levar a cabo numa OAP. Numa primeira fase foram levantadas as actividades comuns a toda a força de apoio à paz. A PM actuando como força isolada ou como força constituinte de uma PSF pode desempenhar toda a panóplia de tarefas apresentadas com destaque para as acções de manutenção e restabelecimento da lei e ordem, protecção das forças que actuam em prol de operações humanitárias e o estabelecimento e supervisionamento a áreas protegidas.

No que diz respeito às actividades que visam o cumprimento dos grandes grupos de missões atribuídas à PM para as OAP, destacam-se as tarefas no âmbito da resolução dos problemas de trânsito e circulação contendo o reconhecimento de itinerários, o controlo de refugiados, as escoltas a colunas de viaturas e a operação dos postos de fiscalização. As tarefas desenvolvidas para o cumprimento da lei e ordem, segurança de área, como sendo a condução de patrulhas incluindo o emprego dos cães, controlo de tumultos, segurança a altas entidades e operações de controlo de danos, constituem a par da investigação criminal e das operações de informações as grandes áreas de actuação da PM nas OAP.



## CAPÍTULO 3

### ESTUDO DE CASOS

#### 3.1 A PM NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO KOSOVO

O conflito do Kosovo tem uma longa história que remonta às guerras balcânicas do início do séc. XX, porém foram os anos de 1998 e 1999 que trouxeram para o primeiro plano da cena europeia e internacional o início das actividades militares que compreendiam a tentativa de independência da província Sérvia do Kosovo. Este conflito constitui ainda hoje tema de inúmeros artigos e discussões que se prendem a factores como a legitimidade da presença de forças exteriores, violação dos Direitos Humanos ou ajuda humanitária.

Contudo, não é objectivo deste estudo de caso a abordagem a estas problemáticas, mas sim focar-se nas actividades militares conduzidas neste TO no que à PM diz respeito. Sendo assim, e tendo em vista a sua posterior análise, sentiu-se a necessidade de perceber melhor este conflito, desde a sua natureza, à necessidade do emprego dos tipos de meios militares.

Para tal, a metodologia empregue para este estudo passou pela leitura e análise de artigos, documentos e informações recolhidas da Internet referentes ao conflito, de salientar o artigo do Sr. Coronel americano Richard W. Swengros<sup>41</sup> e do artigo escrito pelo Sr. Major de Cavalaria José Carlos Loureiro em 2001<sup>42</sup>.

Foi também realizada uma entrevista a este Oficial<sup>43</sup> do Exército Português que comandou o Esquadrão de Lanceiros (ELan) no Kosovo e que apesar desta unidade não ter actuado como força de PM no terreno, acompanhou bem de perto o cumprimento dessas missões. Não só pela relação com natureza das missões da Polícia do Exército, mas também por *“com o desenrolar das operações fomos confrontados com a necessidade de efectuar todo o tipo de missões e tarefas que se aproximam bastante da actividade própria da PM”* (Loureiro, 2009). Estes contactos constituíram assim, elementos fundamentais para

---

<sup>41</sup> Comandante do 793d Military Police Battalion, 18th Military Police Brigade. Desempenhou funções de PM no Kosovo entre Junho de 1999 e Janeiro de 2000.

<sup>42</sup> Artigo intitulado: “Kosovo, uma missão para a Polícia do Exército?”.

<sup>43</sup> Ver Apêndice A: Entrevista concedida pelo Major de Cavalaria Loureiro.

uma análise da actuação das forças de PM em todo o TO, uma vez que se reportam a várias Unidades em diferentes pontos do território do Kosovo.

No estudo do caso apresentado de seguida ir-se-á proceder ao levantamento das actividades e tarefas que as Unidades de PM e o ELan desenvolveram no TO com vista à contribuição para o cumprimento das missões típicas de uma força de PM no terreno.

### 3.1.1 ESTUDO DO CASO

A condução das operações militares sob alçada da OTAN estavam repartidas por áreas de responsabilidade (AOR)<sup>44</sup>, como é frequente neste tipo de missões. Em todo o território, a *Kosovo Force* (KFOR)<sup>45</sup> dividia-se em cinco grandes Unidades que tinham a seu cargo Unidades multinacionais, cada qual com as suas missões atribuídas.

As funções próprias da PM eram conduzidas por Unidades de escalão Companhia de PM nas várias áreas de responsabilidade das Brigadas às quais estavam inseridas. Para enunciar as diversas actividades e tarefas que a PM conduzia, mais uma vez, opta-se pela divisão nas várias missões que formam o espectro das actividades de actuação da PM.

As operações de segurança de área não se restringiam apenas a segurança a instalações, material e pontos críticos, era necessário, uma presença constante no terreno a fim de garantir a segurança da população e *“dissuadir os potenciais infractores, a não cometerem os seus crimes”* (Loureiro, 2001), facilitando assim a recolha de informações. As escoltas de segurança a colunas que atravessavam as AOR eram uma actividade bastante comum e de elevada importância, muitas delas contendo apoio logístico de extrema relevância para o continuar das operações.

A segurança a diversas entidades de visita aos sectores do TO era também cumprida por forças PM, *“mais de 300 visitas nos seis meses da missão, inclusive o Presidente dos Estados Unidos”* (Swengros, 2000). Para além destas também se contavam a segurança a eventos sociais locais.

As actividades que recaem no âmbito da manutenção e imposição da ordem eram claramente as principais tarefas desempenhadas pela PM no Kosovo. Com o regresso a casa dos refugiados e deslocados, a necessidade de resolver disputas de casas e terrenos, aliados ao *“congestionamento do trânsito por viaturas muitas vezes comportando material roubado, faziam parte das tarefas com que a PM não tinha mãos-a-medir.”* (Swengros, 2001).

---

<sup>44</sup> *Area of Responsibility.*

<sup>45</sup> Força destacada sob a égide da OTAN para o conflito do Kosovo.

O outro grande problema no seio da manutenção da disciplina e ordem prendia-se com o confronto e distúrbios de grupos rivais. Grupos de diferentes etnias e ideologias. Para minimizar as possibilidades destes confrontos havia que conduzir patrulhamentos constantes nas zonas de maior probabilidade de distúrbios, havendo porém, em muitos dos casos, de se proceder à detenção de elementos infractores da lei e da ordem. No que diz respeito ao controlo de tumultos (CT), as forças PM estavam preparadas para actuar na dispersão deste tipo de multidões, inclusive, como refere o Coronel Swengros no seu artigo, *“administrámos treinos de controlo de tumultos às forças do Agrupamento”*, o que deixa transparecer a ideia de não só ser frequente este tipo de distúrbios como a necessidade de formação de outro tipo de unidades da KFOR para um eventual auxílio de CT.

*“Os problemas ligados ao não cumprimento e abuso das regras de trânsito eram constantes. Havia a necessidade de abordagens individuais a elementos armados ou suspeitos assim como a viaturas. Nesta área também eram levadas a cabo operações de cerco e limpeza a residências suspeitas, na tentativa de desmantelamento de arsenais bélicos caseiros”* (Loureiro, 2001).

As acções conduzidas para evitar e resolver o congestionamento de trânsito constituíram também uma grande parte das tarefas da PM. Verificava-se com mais intensidade no centro das grandes cidades, porém com o regresso dos refugiados e deslocados, as colunas de camiões com material de construção e as viaturas de ajuda humanitária faziam com fosse uma presença em todo o território do Kosovo.

Este fluxo de trânsito constituía assim, uma dificuldade acrescida à condução de escoltas a altas entidades e a outros movimentos considerados críticos. O controlo da circulação era um grande desafio quotidiano para os militares da PM a fim de garantirem a liberdade de movimentos, sendo muitas vezes necessário fazer o levantamento de acidentes de trânsito. Os reconhecimentos e patrulhamentos de itinerários permitiam, em conjunto com os postos de fiscalização móveis<sup>46</sup>, a apreensão de documentos e armas ligeiras não autorizados.

Como já foi referido verificou-se, numa primeira fase do conflito, o regresso de um grande número de refugiados e deslocados. Muitas destas pessoas encontravam a casa parcialmente ou totalmente destruída, o que os levava à procura exaustiva de outros pontos de abrigo, nomeadamente casas desabitadas. A PM teve necessidade assim, de fazer o levantamento de todas essas pessoas, para que não se criassem conflitos, disputas ou pilhagens.

---

<sup>46</sup> Check-points.

Essas acções compreendiam todo o trabalho de recolha de pessoal, a sua identificação e os interrogatórios. A PM recorria neste caso à sua função de investigação, particularmente no que diz respeito ao desmantelamento e averiguação de material e bens roubados. *“Através da fiscalização a viaturas detectámos, por via da investigação, que a carga transportada era, em muitos dos casos, roubada”* (Swengros, 2000).

No que se refere às Unidades Especializadas de Polícia Militar, o Kosovo é actualmente o TO onde se tem verificado a implementação mais notória desse tipo de forças. *“a actual sede está situada em Pristina”* (OTAN, 2009). É constituída por uma força italiana que tem actuado no âmbito das acções de alteração da ordem pública. É especializada na condução das técnicas de controlo de tumultos e constitui assim a força de reacção rápida para as situações no âmbito de distúrbios civis e alterações da lei e ordem pública.

Para além disso, tem também actuado junto das forças policiais do Kosovo, levando a cabo acções de formação para a polícia local. *“Estas acções compreendem cursos e treinos de técnicas de detenção e revistas, operação com equipas de cães militares e medidas de actuação em casos de crime, que facilitem a condução da investigação criminal”* (OTAN, 2009).

A OTAN refere-se às UEPM como que *“têm demonstrado o verdadeiro conceito de Unidades especializadas, através da resposta às exigências de segurança dos actuais ambientes de paz. O trabalho desenvolvido por estas Unidades não é só relativo à restrita actuação das suas competências, mas também no âmbito dos problemas sociais”* (OTAN, 2009).

### **3.2 A PM NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO AFEGANISTÃO**

O estudo de caso que se segue é referente a um conflito com um início mais recente do que o anterior. A escolha destes dois cenários teve como base a diferença das missões conduzidas nestas operações multinacionais. O TO do Afeganistão tem características diferentes do Kosovo. Desde a morfologia do terreno, passando pelo clima e até mesmo a ameaça. Mas será que estes factores têm repercussões acentuadas na condução das operações militares, em especial as de PM?

De seguida vão ser apresentadas as formas de actuação nas diversas actividades e tarefas que a PM tem pela frente neste cenário. Para tal, entre outros meios de recolha de informação, foi de enorme importância o contacto através de entrevista que se manteve com um militar português que desempenhou funções de PM no TO do Afeganistão. O Sargento-

Ajudante de Cavalaria Victor Santos<sup>47</sup> esteve integrado numa força multinacional destinada a elementos *Military Police*, que tinha como objectivo principal, a condução de todas as acções relativas à segurança do território Afegão.

De Agosto a Dezembro de 2005 Portugal liderava assim, o comando do aeroporto internacional de Kabul (KAIA)<sup>48</sup>, tendo como missão operar e manter a segurança do único aeroporto internacional do Afeganistão no âmbito da missão da força internacional de assistência e segurança (ISAF)<sup>49</sup> sob o comando e controlo da OTAN.

### 3.2.1 ESTUDO DO CASO

As forças de PM estavam distribuídas neste TO do seguinte modo: o Comando da *International Military Police* no posto de comando da ISAF, o destacamento da *International Military Police presente no KAIA*, a PM da Brigada multinacional de Cabul e as PM nacionais que integravam os respectivos contingentes.

As actividades e tarefas desenvolvidas pela PM eram neste caso, acrescidas das medidas de segurança conduzidas para a garantia da operacionalidade do aeroporto e todos os aspectos ligados aos voos.

Havia um certo número de tarefas rotineiras que os elementos da PM conduziam diariamente. Algumas dessas tarefas eram as patrulhas que eram compostas por equipas de dois elementos, motorizadas ou apeadas, responsáveis pelo primeiro levantamento de acidentes e incidentes, como sendo as situações envolvendo acidentes de viação, isolamento de áreas ou queixas apresentadas por civis locais.

À noite, as patrulhas nocturnas desenvolviam as mesmas tarefas das anteriores, constituídas também por dois elementos. Porém estas patrulhas comportavam responsabilidades acrescidas no âmbito da missão de manutenção da lei e ordem, com a verificação do fecho dos vários bares existentes no aeroporto e áreas adjacentes, bem como a verificação de eventuais excessos no consumo de álcool de todo o pessoal militar e/ou civil. “*Tínhamos instruções muito específicas neste sentido*” (Santos, 2009).

As patrulhas montadas contavam com os tradicionais jipes, mas também com moto quatro da OTAN, que revelaram “*ser um meio adequado e eficaz na condução das patrulhas, naquele ambiente*” (Santos, 2009).

---

<sup>47</sup> Ver Apêndice B: Entrevista concedida pelo ao Sargento-Ajudante Victor Santos.

<sup>48</sup> *Kabul International Airport*.

<sup>49</sup> *International Security Assistance Force*.

As infracções ao código da estrada cometidas, em especial as que tivessem relacionadas com controlo de velocidades e estacionamento em áreas restritas que impedissem a fluida circulação de viaturas, eram da responsabilidade da PM. Nas missões relativas ao cumprimento da disciplina lei e ordem, a atenção voltavam-se, mais uma vez, para os distúrbios que poderiam ocorrer na sequência do consumo excessivo de álcool ou drogas. “*A actuação dos elementos de PM, baseavam-se fundamentalmente numa atitude fortemente diplomática*” (Santos, 2009).

Outra actividade em que a PM era frequentemente solicitada no Afeganistão, consistia em cumprir operações de escoltas e segurança pessoal a altas entidades. Para efectuar este tipo de missão, os elementos da PM dos 24 países representados naquele espaço realizavam treinos conjuntos, a fim de estabelecer e padronizar procedimentos. Eram missões de segurança a entidades e comitivas que visitavam o território como sendo ministros da defesa nacionais (MDN), chefes de Estado-Maior dos Ramos e segurança a Comandantes Militares.<sup>50</sup>

As missões do âmbito de investigação criminal relativas a suspeitas de pequenos delitos, furtos, desaparecimento ou perda de propriedade privada, acidentes de trabalho, quebras de segurança relativas a perdas de cartões, de áreas restritas ou suspeita de engenhos explosivos e material abandonado eram levadas a efeito por todos quantos prestavam serviço na PM. O agente que recebia o caso, mediante queixa ocorria ao local do crime conduzindo as acções de investigação.

Para os casos de maior especificidade ou de natureza mais delicada, eram entregues a equipas de investigação criminal especializadas para os mesmos, como sendo a ocorrência de um homicídio.

Como foi anteriormente referido, a Unidade de PM localizada no KAIA tinha ainda a responsabilidade da condução de todas as medidas de segurança que incluíam o controlo e verificação de cargas, bagagens e passageiros com destino aos voos da ISAF. Eram assim, realizados *check-in* de verificação a todos estes elementos que estavam de partida do aeroporto. Esta medida de controlo incluíam não só os militares, como também os civis que embarcavam no KAIA. Essas tarefas eram efectuadas com recurso a aparelhos Raio-X<sup>51</sup>.

Das forças de PM presentes neste local, apenas os militares da *Royal Air Force Police* cumpriam regularmente este tipo de missões, nos aeroportos do Reino Unido, foi

---

<sup>50</sup> Destacam-se na condução destas missões, as que foram desempenhadas nas visitas do MDN, Chefe de Estado-Maior de Exército (CEME), e Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) de Portugal.

<sup>51</sup> RX modelo Rapiscan 527, Modelo Metor 200 HDe, Modelo Metor 28 e Modelo Vapor Tracer 2.

então necessário que os militares ingleses dessem formação aos demais militares de PM presentes no KAIA, sobre o manuseamento dos equipamentos referidos.

Na metodologia empregue para este estudo de caso, não se reportando exclusivamente à entrevista, mas incluindo também as pesquisas de documentos e artigos sobre os meios militares no TO, não revelaram a presença de UEPM no terreno. Ao contrário do caso do Kosovo, não se verifica na ISAF a presença de efectivos de UEPM.

Esta questão pode ter vários motivos, entre eles os factores que podem ir ao encontro da resposta à pergunta levantada no início do estudo do caso. Aspectos ligados a motivos religiosos, culturais ou étnicos, da legislação do país, ou mesmo da não aceitação das forças de polícia local, podem constituir factores que não favoreçam o emprego de UEPM. Tendo como principal enclave a diminuição ou perda do grau de consentimento, fruto da presença de uma força militar de actuação no âmbito urbano.

### **3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA**

Enunciadas as actividades e os problemas face aos quais a PM teve de desenvolver medidas de actuação nos dois TO, ir-se-á neste ponto tecer umas breves conclusões acerca do emprego dessas mesmas acções.

O principal propósito destes estudos de casos é verificar se realmente as actividades desenvolvidas neste TO foram ao encontro das tarefas para as quais a força da PM deve levar a cabo com vista à contribuição para o desempenho das suas missões base. Neste âmbito, verificou-se que no TO do Kosovo, as missões quotidianas da PM eram desenvolvidas na área da manutenção e imposição da disciplina, lei e ordem comportando em si o controlo de tumultos e os patrulhamentos preventivos de recolha de informações. A segurança a instalações, material, pontos críticos e no acompanhamento a altas entidades e colunas de viaturas constituíam as missões da PM na área da segurança.

A outra tarefa frequentemente desenvolvida, era fruto de um problema originado pela natureza do conflito que assolava o território do Kosovo. A necessidade de fazer o levantamento da identificação dos Refugiados ocupou grande parte da missão das forças PM com vista à resolução de problemas causados por essas pessoas, para que situações de injustiça e violência não imergissem.

No TO do Afeganistão, as actividades desenvolvidas pela PM passavam essencialmente pelas mesmas áreas. Com a condução de patrulhas de verificação do cumprimento da disciplina, lei e ordem geral, o levantamento de problemas relativos a

pequenos delitos e furtos, onde a investigação criminal assumia um papel fundamental, e a condução de segurança pessoal a altas entidades. Perante estes resultados, estamos em condições de afirmar que, de facto, as actividades e tarefas conduzidas no TO do Kosovo e Afeganistão estão inseridas no rol de actividades das missões preconizadas pela OTAN para a PM.

Apesar de ser notória a semelhança entre as actividades conduzidas nos dois TO, a questão do emprego coercivo dos meios é um assunto que parece constituir a sua principal diferença. Isto é, a forma como as forças da PM actuam para fazer cumprir determinada modalidade de acção por parte das forças beligerantes e população local, pode constituir uma tarefa que apresenta bastante complexidade e que recai no âmbito dos princípios do consentimento e uso da força. A forma de actuação dos militares PM no Kosovo junto dos refugiados em busca das suas casas ou dos elementos que furtavam bens num acto de desespero não era certamente de forma tão pacífica como eram conduzidas as investigações a elementos civis suspeitos de furto no KAIA.

Quer-se com isto dizer, que a natureza da missão, ditada fortemente pelos princípios mentores das AOP, está na base da diferença de actuação nas actividades e tarefas que visam o cumprimento das missões PM, apesar de ambas as forças PM terem desempenhado em grosso modo as mesmas actividades.



## **CAPÍTULO 4**

### **ANÁLISE DO EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR**

Ao longo dos três capítulos anteriores, foram referidos todos os elementos considerados importantes para a actuação da PM nas OAP. Começou-se pela caracterização genérica do ambiente operacional e formas de actuação no tipo de ORC que interessa abordar. De seguida, com uma aproximação progressiva aos limites do tema, vimos as actividades vocacionadas para o emprego da PM OTAN de acordo com a sua organização e missões base. Numa terceira fase foi descrita, como de facto, foram conduzidas as operações da PM nos dois cenários de OAP escolhidos.

Desta forma, julga-se estar em condições para neste capítulo, criticar e analisar a relação entre as OAP, a PM e o seu emprego e formas de actuação. Pretende-se com esta análise dar contributos para respostas às questões derivadas levantadas no início do trabalho, que visam a obtenção da resposta ao problema deste trabalho.

#### **4.1 O EMPREGO DA FORÇA**

Para as OAP, vimos que a forma de actuação das Forças de Apoio à Paz norteadas pelos princípios e natureza destas operações, constitui um factor decisivo para a obtenção da redução ou inexistência de conflitos armados. A forma como são conduzidas as OAP é determinante para alcançar a paz, sendo que o equilíbrio entre a limitação do uso da força, consentimento e a imparcialidade que as PSF terão de conjugar, assume um papel preponderante na condução do processo de paz. Este equilíbrio que pode ser bastante complexo, abrangendo, por exemplo, questões culturais e étnicas da área de actuação, reflecte-se na rapidez com que são alcançados os objectivos, na sua duração e coesão.

A OTAN desenvolve acções no sentido de que as forças militares que actuam sobre sua alçada actuem de acordo com os pressupostos diplomáticos, características naturais de uma operação de apoio à paz e que essa força, como terceira componente em conflito, respeite todas as medidas que vão ao encontro do estado final do mandato. Actua para isso junto de organismos internacionais responsáveis, para dar resposta de forma adequada e

eficiente aos mais variados tipos de missões de OAP. O caso apresentado da ajuda humanitária por parte da OTAN, aos países assolados pelos desastres naturais, salientou que a preocupação da Aliança Atlântica não se restringe às questões militares. A OTAN deu uma contribuição essencial, demonstrando a sua solidariedade na disponibilização de ajuda para salvar vidas humanas.

Os trabalhos desenvolvidos em parceria com agências de refugiados e ajuda humanitária são exemplo dessa preocupação. Neste contexto podemos referir que a doutrina preconizada pela OTAN para a componente militar dá resposta às necessidades das missões desenvolvidas nas OAP. São operações instituídas para auxiliar a manutenção ou restauração da paz, em áreas de conflito, através das forças multinacionais de militares, polícias e civis.

No que concerne às actividades e tarefas desenvolvidas pela PM, estas têm como principal objectivo auxiliar e facilitar as operações das forças de apoio à paz no território. Em actuação como força isolada, a PM pode desenvolver acções como qualquer outra unidade em apoio à paz, que vão desde a observação e monitorização, passando pela contenção de conflitos, separação de beligerantes e todas as anteriores referidas. Todavia, não nos podemos esquecer que a PM actua geralmente em apoio à força de apoio à paz e nesse contexto tem um vasto leque de actividades e tarefas características das suas missões típicas.

Fazendo uma análise entre as acções desenvolvidas nos TO do Kosovo, no Afeganistão e as actividades preconizadas pela OTAN para as OAP, verifica-se que determinadas actividades não são desempenhadas fruto da natureza das próprias OAP.

As operações com prisioneiros de guerra, contendo todo o seu processo de recolha, condução e evacuação, típicos das guerras convencionais, são operações que pelas actuais características dos conflitos e missões no âmbito não artigo 5º, não tem vindo a ser desempenhadas. Contudo, os conhecimentos oriundos de todo o processo de instrução, treinos, e formação nessa área funcional, incrementam no militar da PM a aptidão e capacidade adaptativa de lidar com situações semelhantes que por estas técnicas evoque. Além disso, esta missão não abrange somente os PG inimigos, como também os PG das nossas forças e civis internados. Ou seja, se a força de PM efectuar detenções de pessoal, os procedimentos são semelhantes aos conduzidos na missão de PG, embora com as restrições que as RE e demais legislação impõem.

Ao contrário das missões de prisioneiros de guerra, as actividades que dizem respeito ao controlo de tumultos tomam especial papel nas OAP, sobretudo pela frequência com que as forças das PSF são chamadas a intervir. São actividades causadas por grupos

da população geralmente não armados com armas de fogo reivindicando determinada vontade. Como tal, é necessária uma actuação “não letal<sup>52</sup>” por parte da força de apoio à paz que agem para normalizar a situação e manter a lei e a ordem da população. No que diz respeito a essa mesma manutenção da disciplina, lei e ordem, a PM é, como vimos, a força vocacionada para essa missão e por consequência a tarefa de controlo de tumultos.

Verificou-se, no estudo de caso do Kosovo que a PM administrou formação e treino na área de CT a Unidades da PSF no terreno. De facto, regista-se que muitas Unidades das PSF, nomeadamente as de manobra têm desenvolvido as actividades de controlo de tumultos, enquanto que as forças PM desenvolvem outras acções no âmbito das suas missões. Esta decisão por parte do comando das PSF confere assim, liberdade na actuação das forças PM noutras tarefas, mas convém ter em atenção a preparação e treino das Unidades para esta crítica tarefa de controlo de tumultos. Pelo que parece adequado defender a ideia de que a condução de CT por Unidades não-PM, deve ser desempenhada apenas em casos de extrema necessidade. Isto é, para casos onde que de facto, se registe a insuficiência do efectivo da força de PM presente no TO ou no sector do TO, para fazer face a diversas situações que ocorram em simultâneo e que incidem no âmbito das suas missões típicas.

Não se quer dizer com isto dizer, que as demais forças constituintes da PSF não devam ter formação em áreas onde se registe a necessidade de intervenção das forças de paz, como é o caso dos CT. Contudo, as forças de PM devem ser as primeiras forças na actuação e condução dessas missões, uma vez que detém na natureza das suas missões essas especialidades.

Esta questão faz com que a averiguação da relação das missões conduzidas nas OAP e as missões base da PM ganhe particular pertinência. “*O espectro de tarefas executadas actualmente nas OAP, enquadram-se quase na perfeição nas quatro áreas funcionais da PM*”. Esta ideia revelada pelo Capitão Cigre aquando da entrevista realizada<sup>53</sup>, suscitou a “necessidade” da elaboração de um termo de relação e comparação neste âmbito.

---

<sup>52</sup> É considerada arma não-letal, todo o armamento e/ou equipamento explicitamente criado e desenvolvido para repelir ou incapacitar momentaneamente um ou mais indivíduos. Tem um baixo grau de probabilidade de fatalidade ou causar lesões de carácter permanente (APP-12, 2000).

<sup>53</sup> Ver Apêndice B – Entrevista concedida pelo Capitão de Cavalaria Cigre.

Tendo em vista uma análise mais elucidativa da relação entre as actividades e tarefas desenvolvidas em ambiente de OAP e as levadas a cabo pela PM, construiu-se um quadro que relaciona esses dois parâmetros<sup>54</sup>.

Foram identificadas, na coluna da esquerda, as 14 actividades a desempenhar em OAP<sup>55</sup>, atribuindo-se a estas, algumas das tarefas das missões típicas de PM para o seu cumprimento (na coluna ao centro). A coluna da direita é relativa às quatro missões operacionais da PM: controlo de circulação, manutenção da lei e da ordem, segurança de área e prisioneiros de guerra. Estas missões são assinaladas com uma cruz ("X") nos casos relativos à verificação da condução dessa(s) missão e/ou missões para o cumprimento da respectiva actividade de OAP.

Em análise ao quadro, é notório o número de missões que a PM pode conduzir no cumprimento das actividades de OAP. De facto, apenas a tarefa de inactivação de engenhos explosivos e limpeza de campos de minas é que não recai no âmbito das áreas funcionais da PM. Por se tratar de tarefas críticas, que exigem formação e actuação técnica específicas, estas actividades são praticamente na sua exclusividade levadas a cabo por equipas de inactivação de engenhos explosivos (EOD)<sup>56</sup> pertencentes a Unidades de Engenharia Militar.

As actividades de observação e monitorização, restabelecimento da lei e da ordem e protecção dos direitos humanos são tarefas que inclusive registam a total adaptabilidade das missões de PM, isto é, as actividades desenvolvidas para o seu cumprimento recaem sob todas as áreas funcionais da PM.

Após a identificação das actividades da PM para a elaboração do quadro e sua posterior análise, podemos resumir que as actividades que recaem sob a PM nas missões de OAP são essencialmente a resolução dos problemas de circulação e todos os problemas de controlo de tráfego, incluindo postos de controlo, verificação do cumprimento das regras de trânsito e reconhecimento e vigilância de área e itinerários. O controlo de refugiados e deslocados é também uma actividade que a PM se depara nos actuais cenários de OAP. As escoltas a colunas de viaturas, a segurança a altas entidades assim como a investigação criminal<sup>57</sup> assumem um papel de carácter exclusivo da PM.

A formação da polícia local é também uma função que consta no quadro das missões operacionais da PM OTAN e como tal, merece neste capítulo, ser evidenciada a

---

<sup>54</sup> Ver Apêndice D - Relação entre as actividades e tarefas desenvolvidas nas OAP e as missões de PM.

<sup>55</sup> Ver Anexo G – Glossário das actividades e tarefas nas OAP.

<sup>56</sup> *Explosive Ordnance Disposal*

<sup>57</sup> Em Portugal, a função de investigação criminal não está inserida nas missões da Polícia Militar. A Polícia Judiciária Militar assume a responsabilidade por essa função.

sua importância. O *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT) é um programa que desde Setembro de 2007 tem vindo a ser conduzido por parte da ISAF, no contributo ao desenvolvimento do Exército Nacional Afegão (ENA). A OMLT promove acções de formação e treino em apoio ao desenvolvimento operacional do ENA.

Segundo a *National Defence and the Canadian Forces*, o Exército Canadano tem actualmente destacado um contingente de PM, constituído por um pelotão, na contribuição da missão da OMLT para as forças policiais afegãs. Desta forma, é notório o emprego das funções de formação da PM junto das autoridades locais (*Canadian National Defence*, 2009).

Outro aspecto a ter em conta no emprego da PM nas OAP é o carácter obrigatório que estas forças possuem. *“Há todo um conjunto de actividades que têm de ser desempenhadas, tendo os países da OTAN (na sua generalidade) a preocupação de enviar uma força de PM com os seus contingentes para o desempenho do tipo de tarefas referidas”* (Loureiro, 2009).

A OTAN atribui às PM, que integram os contingentes destacados, a responsabilidade de actuação no âmbito das missões e tarefas para a qual é vocacionada. É importante que tarefas críticas, como sendo o levantamento de acidentes de trânsito ou a protecção e segurança a altas entidades, sejam conduzidas por forças especializadas nessa área, com treinos e técnicas inerentes às suas missões.

Face a esta análise verifica-se que as actividades e tarefas conduzidas pelas PM em OAP em especial nos TO do Kosovo e Afeganistão, vão ao encontro das missões típicas destas Unidades, pelo que podemos afirmar também, que algumas dessas actividades são também desempenhadas por outras Unidades de uma força de apoio à paz. Como vimos, a PM pode actuar como força isolada ou força integrante de uma PSF. Dessa forma, poder-se-á concluir que qualquer missão levada a cabo numa OAP é adequada ao emprego de forças PM. Mesmo aquelas que recaem sob o foro eminentemente de âmbito público, as Unidades Especializadas de Polícia Militar constituem uma mais valia, já que estão preparadas para fazer face e actuar nesses ambientes.

Verificamos que as UEPM podem constituir uma opção fiável por parte dos decisores militares nas operações que se opõem a alterações da ordem pública. Como vimos no estudo do caso do TO do Kosovo, estas têm vindo a desenvolver acções de formação junto da polícia local. Representa não só uma mais valia para a actuação em auxílio da PSF dos problemas sociais, mas também do contínuo cultivo do consentimento junto da população local, tão necessário para a condução das OAP. Destaca-se ainda para este tipo de forças, o baixo custo de formação, treino e actuação, o carácter altamente móvel com a facilidade e

rapidez de projecção no TO de Apoio à Paz, não esquecendo a capacidade, enquanto força militar de actuação em operações de combate convencionais.

Não constituindo objectivo deste trabalho, parece todavia ser pertinente neste capítulo, uma abordagem sucinta ao caso da PM em Portugal, fazendo a “ponte” da actual matéria de investigação para o caso português. Este assunto toma especial importância na medida em que o nosso país não tem força de PM reconhecida pela OTAN<sup>58</sup>, isto é, das quatro missões padrão da nossa PM (Manutenção da disciplina, lei e ordem, Controlo de circulação, Segurança de área e Prisioneiros de Guerra), nenhuma tem a capacidade, aos olhos da OTAN, para constituir uma unidade PM nas OAP. Em análise a esses mesmos quadros de referência OTAN, verifica-se que, de facto, possuímos determinadas capacidades neles preconizados. Limitadas, em comparação com outras PM aliadas é certo, mas na realidade, contemos um conjunto de potencialidades de PM que constam no quadro das capacidades das missões da PM OTAN, que todavia, não aparecem materializadas. A razão para esta discrepância parece encontrar-se na não apresentação à OTAN das capacidades da nossa Polícia do Exército.

A solução, neste caso, passaria não só pela divulgação dessas capacidades, como também pela especialização e desenvolvimento das suas missões de PM e pela integração da função de investigação criminal e tratamento de informação da PM nas suas missões. Esta concepção vai de encontro à frase proferida por sua Excelência o Chefe de Estado-Maior do Exército: *“Nunca seremos novidade pela excelência do nosso material, mas queremos sê-lo pela excelência da formação e qualidade dos recursos humanos”* (CEME, 2007).<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Ver anexos B, C, D, E e F

<sup>59</sup> *“Este foi um dos objectivos apontados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho, numa conversa com jornalistas e à margem da apresentação das linhas gerais do seu mandato de três anos a cerca de 250 oficiais”* (Diário de Notícias, 2007).

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegando ao fim da investigação e depois de analisarmos o emprego das forças PM no terreno, este capítulo de conclusões tem o objectivo de reunir e apresentar os resultados mais relevantes da análise efectuada aos diversos temas tratados. É também nesta fase que se dá lugar à confirmação total, parcial ou não confirmação das hipóteses levantadas como resposta para as perguntas derivadas que conduzirão à “solução” do objecto de investigação: **Em que medida a doutrina da PM OTAN é adequada às necessidades de emprego da PM nas missões das OAP?**

Para a QD1: **Das actividades e tarefas que são conduzidas pela PM nas OAP, quais vão ao encontro das missões típicas destas Unidades?**

Foram identificadas duas hipóteses. Em relação à primeira hipótese, esta refere que as actividades e tarefas que a PM desenvolve no cumprimento das suas missões típicas, adaptam-se perfeitamente aos ambientes de OAP. Feita a análise para a validação da mesma, verificou-se que, em geral, as actividades das missões da PM são desempenhadas nas OAP, contudo a missão de prisioneiros de guerra não se assume no quadro das actividades primárias nos ambientes de apoio à paz. A razão encontrada reporta-se à natureza das missões não-artigo 5º, remetendo a missão de PG com características mais favoráveis para as guerras convencionais. Contudo registou-se também que os procedimentos típicos da missão de PG são semelhantes aos conduzidos na detenção de pessoal, uma vez que esta missão não abrange somente os PG inimigos, como também os PG das nossas forças e civis internados.

Na procura da validação desta hipótese caímos assim, na confirmação da segunda hipótese que destaca que o cumprimento da missão de Prisioneiros de Guerra é, no âmbito do espectro de das missões de PM, a que menos se verifica no desenvolvimento das actividades e tarefas em OAP.

A QD relativa ao estudo dos TO: **Quais os procedimentos empregues pela PM nos TO do Kosovo e do Afeganistão que estão em concordância com a doutrina de Emprego da OTAN para as forças de PM?**

As duas hipóteses levantadas foram: a condução de procedimentos no âmbito da actividade de controlo de tumultos deve ser exclusiva da PM. E os militares PM devem estar preparados para a condução de procedimentos de natureza policial.

Na tentativa de validação da primeira hipótese, constatou-se que algumas actividades típicas das missões PM são também elas, conduzidas por outras unidades da PSF, unidades não-PM. De facto, diversas unidades que constituem as PSF, em especial as de manobra, desempenham actividades típicas da PM, nomeadamente o controlo de tumultos ou os postos de fiscalização móveis. Uma das razões para esta questão é encontrada mais uma vez como sendo, fruto da natureza da missão. Isto é, as actividades e tarefas que têm necessidade de ser executadas nas OAP aproximam-se mais às missões típicas da PM do que às missões de qualquer outra unidade de combate.

Estas unidades direccionam a sua formação para as missões de combate convencional, pelo que necessitam de formação e treino das técnicas de condução das actividades no âmbito de CT e *Checkpoints*. Assim, parece adequado afirmar que as forças de PM devem ser as primeiras forças na actuação e condução dessas actividades, uma vez que detêm na natureza das suas missões essas especialidades.

Para a segunda hipótese verificou-se que no âmbito da manutenção da ordem pública, onde é requerido com mais evidência as acções e procedimentos de natureza policial, existem corpos especializados da PM que contêm na sua estrutura e missão o “*Know How*” das unidades militares de cariz policial. Estas unidades estão vocacionadas, como vimos, para as alterações à ordem pública e os problemas que daí advêm. A PSF pode, desta forma, contar com o emprego de UEPM em cenários onde os problemas desta ordem sejam constantes. Verificou-se também que a especialização das valências de PM são actualmente uma aposta para alguns países OTAN.

Encontradas as respostas aos objectivos, está-se em condições de afirmar que a doutrina OTAN para a PM é adequada às necessidades de emprego da PM das missões de OAP, na medida em que as actividades e tarefas a ser desenvolvidas para o cumprimento das missões PM são, por natureza, as actividades com que as PSF se deparam nos actuais cenários de OAP. Poder-se-á dizer ainda, que na sua generalidade, o espectro das missões levadas a cabo nas OAP são missões para a PM.

A PM reúne na sua estrutura e missões, elementos que se enquadram nas actividades e nas forças militares terrestres no âmbito das operações de apoio à paz. O baixo custo da formação, treinos e actuação dessas forças, aliado ao carácter altamente móvel e facilidade de projecção nos TO constituem, também eles, factores importantes para estas conclusões.



## PROPOSTAS E SUGESTÕES

No âmbito deste trabalho de investigação, as referências no campo das recomendações e sugestões recaem sobre **a maior participação de forças de PM nos ambientes de OAP**. Esta sugestão ganha a sua especial pertinência, depois da conclusão da adequação das actividades e tarefas desenvolvidas nas OAP com as missões típicas da PM. Parece portanto, legítimo pensar que a o efectivo de forças de PM dos contingentes destacados seja o adequado ao volume de actividades que são conduzidas nas OAP e que recaem no âmbito das missões de PM. A aposta na função de formação da PM junto das polícias locais é também uma área, onde a **PM pode ser empregue, em particular no contexto da OMLT**.

A última sugestão do trabalho é relativa à PM em Portugal, uma vez que é de todo interesse,o incremento das capacidades das nossas forças junto das Organizações Internacionais de Segurança. Como foi referido, a nossa PM não tem anexado a si algumas missões que à luz da OTAN constitui o modelo da PM dos países aliados.

A solução passaria não só pela divulgação das capacidades existentes na nossa Polícia do Exército, como também pela integração das missões de investigação criminal, informações de PM e acções de formação da polícia local no quadro das suas missões, assim como a especialização das missões típicas existentes, aproximando-se assim do modelo de PM preconizado pela OTAN. Ficando a reunir assim, os elementos necessários para a **integração da PM portuguesa numa Força Nacional Destacada no contexto de actuação da PM**.

A aposta na maximização das valências PM é uma área onde Portugal, com custos relativamente baixos, conseguiria levar o seu nome além fronteiras, pelo que se deixa como proposta de futuras investigações a abordagem a temas ligados a esta problemática.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS:

**EDITORIA**, Porto. (2006). *Dicionários da Língua Portuguesa*. Porto.

**SARMENTO**, Manuela. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

### MANUAIS:

**EME**, (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*, Estado-Maior do Exército, Setembro, Lisboa.

**EPC**, *Polícia do Exército*, DP-20, Depósito de Publicações, Escola Prática de Cavalaria, Santarém.

**HDA**, (2002). *Military Police Operations*, Field Manual FM – 3.19.1. Headquarters Department of the Army, Washington, DC, 31 January. USA

**IAM**, (1996). *ME 20-76-04: Operações de Apoio à Paz*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.

**NATO**, (2001). *Allied Joint Publication – 3.4.1.*, Peace Support Operations, North Atlantic Treaty Organization, July.

**NATO**, (2007). *Allied Military Police Doctrine*, Allied Joint Publication AJP – 3.2.3.2, Study Draft 1 Review, 24 January.

**NATO**, (2001). *Generic Crisis Management*, NATO Handbook, North Atlantic Treaty Organization.

**NATO**, (2000). *Nato Military Police Doctrine and Procedures*, Allied Procedures Publication APP-12, North Atlantic Treaty Organization.

**US DEPARTMENT OF DEFENSE**, (2005). *Joint Publication 1-02*, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms, USA.

**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:**

- ALVES**, Maj Cav De Sousa (2007). "A Doutrina de Polícia do Exército", in *Revista da Cavalaria*, N.º 11, Ano V, 3ª Série, Abril, p.30-33.
- BOGUSLAW**, Major General Pacek (2008). "Polish Military Police Especialized Unit", in *Military Review*, vol. LXXXVIII N.º02, March-April, p. 53-57.
- FREIRE**, Manuel Carlos, (2007, 1 de Junho). "Exército quer igualar nível operacional da NATO", in *Diário de Notícias*, p. 7.
- LOUREIRO**, Cap Cav José Carlos (2001). "Kosovo: uma missão para a Polícia do Exército?", in *Jornal do Exército*, N.º 493, Fevereiro, p. 30-35.
- SANTOS**, Sar Aj Victor Manuel (2006). "Polícia do Exército no Afeganistão", in *Jornal do Exército*, N.º552, Junho, p. 16-22.
- SWENGROS**, Lieutenant Colonel Richard W. (2000). "Military Police Functions in Kosovo", in *Military Review*, vol. LXXX, N.º03, May-June p. 4-8.

**DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS:**

- The MSU in 2009* (2009). Consultado a 12 de Abril de 2009, disponível em:  
<http://www.nato.int/kfor/docu/inside/2009/04/i090420d.htm>
- National Defence and Canadian Forces* (2009) [www.forces.gc.ca](http://www.forces.gc.ca), National Defence.  
Consultado a 10 de Abril de 2009, disponível em:  
<http://www.confec-cefcom.forces.gc.ca/pa-ap/ops/fs-fr/omlt-eng.asp>
- O papel humanitário crescente da OTAN* (2006). Consultado a 8 de Abril de 2009, disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2006/issue1/portuguese/art4.html>
- Operational Mentor and Liaison Team Programme* (2007). NATO in Afghanistan.  
Consultado a 10 de Abril de 2009. Disponível em:  
<http://www.nato.int/issues/afghanistan/factsheets/omlt.html>
- Specialized police units talking greater post-conflict role in UN missions* (2009), United Nations News Centre. Consultado a 12 de Abril de 2009, disponível em:  
<http://www.un.org/apps/news/story>.
- UN Past Operations* (2008). Consultado a 27 de Março de 2009, disponível em:  
<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/pastops.shtml>
- United Nations Peacekeeping Operations* (2008) Principles e guidelines. Consultado a 2 de Abril de 2009, disponível em:  
[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/Capstone\\_Doctrine\\_ENG.pdf](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/Capstone_Doctrine_ENG.pdf)

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A**

### **ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MAJOR DE CAVALARIA LOUREIRO**

A entrevista ao Major de Cavalaria José Carlos Loureiro realizou-se a 8 de Abril do presente ano na Academia Militar, com a uma primeira apresentação das perguntas. Depois de uma troca de impressões acerca das mesmas, foram respondidas por e-mail.

**Pergunta 1: Que funções desempenha actualmente?**

R: Professor no Instituto de Estudos Superiores Militares.

**Pergunta 2: Que formação tem no âmbito da PM?**

R: Além da formação comum a todos os oficiais de Cavalaria oriundos da AM, tenho o Military Police Officer Advanced Course (EUA) e o United Nations Military Police Course (Dinamarca).

**Pergunta 3: Em que consiste o *Military Police Advanced Course*?**

R: É o equivalente ao nosso Curso de Promoção a Capitão. Compreende a aprendizagem de um conjunto de matérias relacionadas com:

- O trabalho do oficial de EM de um Bat/Grupo;
- O emprego operacional das forças de MP;
- Liderança;
- A realização de temas tácticos;
- A condução de exercícios que permite por em prática os conhecimentos adquiridos.

**Pergunta 4: Já esteve em alguma OAP a desempenhar funções de PM? Quais, em que âmbito (NATO, ONU)? (ano da missão)**

R: Não. A desempenhar funções MP não. Contudo, estive na KFOR em 1999 a comandar o Esquadrão de Lanceiros (ELAN). Esta força tinha como base o Esquadrão de Polícia do Exército que estava a comandar no RL2. Levámos para o Kosovo algum material de MP (braçais, bastões, pistolas metralhadoras HK - MP5, etc.). A Brigada italiana onde estávamos inseridos tinha uma Companhia de Carabinieri que desempenhava as missões próprias da MP. Mais tarde chegaram os espanhóis com a Guarda Civil que assumiram algumas competências no âmbito da investigação criminal.

**Pergunta 5: No âmbito da PM, que actividades e/ou tarefas desempenhou no terreno?**

R: No seguimento da resposta anterior, devo dizer que principalmente no início da operação, quando a falta de controlo por parte das forças da KFOR era uma realidade, fomos confrontados com a necessidade de efectuar todo o tipo de missões e tarefas que se aproximam bastante da actividade própria da MP. Fazer o levantamento da acidentes de viação, efectuar todo o tipo de escoltas e de seguranças a pontos sensíveis, ou mesmo garantir a normal circulação rodoviária dentro da cidade de Klina.

**Pergunta 6: Essas tarefas que executou estavam de acordo com as que era suposto desempenhar?**

R: Quando vamos para um Teatro de Operações hoje em dia, devemos estar preparados para contribuir para o estado final desejado. E esse contributo deve passar por estarmos prontos para actuar em todo o espectro das operações militares. É natural que a preparação de uma força exige o conhecimento do tipo de operação a desempenhar, para que essa preparação seja optimizada. Contudo, eu diria que sim.

**Pergunta 7: Sentia-se totalmente preparado para o desempenho dessas actividades?**

R: Nunca estamos totalmente preparados. A vida ensina-nos a ser reservados quando utilizamos o “sempre” e o “nunca”. Posso dizer que não fui surpreendido no que à preparação da força diz respeito.

**Pergunta 8: Sentiu necessidade de formação extra? (no TO)**

R: Infelizmente a resposta é sim. Uma vez que fui confrontado com a existência de alguns equipamentos já no decorrer da missão (GPS, rádios, equipamento NBQR, telefone satélite). Recordo que a missão em que participei no Kosovo foi a primeira.

**Pergunta 9: Qual a importância da PM nos actuais ambientes operacionais? E quais os contributos?**

R: É grande. Os conflitos hoje, têm características próprias: ambientes incertos, ameaça não definida, desenrolam-se em áreas urbanas. A MP tem um treino e um emprego operacional que se aproxima desta realidade. Ou seja, a adaptação de uma força MP para actuar num ambiente de insurgência carece de menos modificações e alterações do que uma força vocacionada para o combate.

Os contributos, espero que possam ser muitos. A começar pela capacidade de poder apoiar na formação de outras forças; poder estar disponível para actuar num conjunto diversificado

de cenários de crise; ser uma força ligeira, logo barata ao poder político; entre outros contributos.

**Pergunta 10: No âmbito das actividades e tarefas desenvolvidas nas OAP, considera que as forças de PM trazem vantagens em relação às unidades de manobra? Quais?**

**R:** Na estrita utilização das suas competências, penso que não se pode comparar. São unidades com formação e áreas de emprego diferenciadas. Quando falamos no tipo de actividades que normalmente se têm vindo a desempenhar nos diferentes Teatros de Operações (TO), digo Manutenção da Paz, penso que a MP pode ter algumas vantagens por serem actividades e tarefas que se aproximam das suas actividades diárias, sendo ainda o ambiente operacional, mais favorável a uma actuação tipo Força de Intervalo.

**Pergunta 11: Qual a sua opinião acerca do emprego da PM nas OAP?**

**R:** O emprego deste tipo de força no desempenho das suas competências MP é não só importante, como obrigatório. Há todo um conjunto de actividades que têm que ser desempenhadas. Os países da NATO (na sua generalidade), têm a preocupação de enviar uma força de MP com os seus contingentes para o desempenho deste tipo de tarefas.

A outra dimensão do emprego da MP tem a ver com o facto de esta ser uma força cujas características se adequam aos ambientes operacionais onde decorrem as OAP, sendo a sua utilização uma possibilidade sempre a considerar pelos decisores militares.

## **APÊNDICE B**

### **ENTREVISTA CONCEDIDA PELO CAPITÃO DE CAVALARIA CIGRE**

A entrevista com o Capitão de Cavalaria Duarte Cigre teve o seu ponto de partida com uma conversa informal acerca do tema do trabalho, a 17 de Abril na Escola prática de Cavalaria, em Abrantes. As respostas às perguntas foram obtidas através de e-mail três dias depois.

**Pergunta 1: Nome, posto e que funções desempenha actualmente?**

**R:** Duarte Miguel de Carvalho Cigre, Capitão de Cavalaria, Adjunto do Chefe da SOIS/Oficial de Segurança da EPC.

**Pergunta 2: Que formação tem no âmbito da PM?**

**R:** Curso de Polícia do Exército;  
Curso de Manutenção de Ordem Pública (CRC) no BOp/GNR;  
Estágio de Protecção de Pessoal (RL2).

**Pergunta 3: Já esteve em alguma OAP a desempenhar funções de PM? Quais, em que âmbito (NATO, ONU)? (ano da missão)**

**R:** Não. Contudo, no âmbito da NATO, fui durante cerca de 18 meses, Chefe da Secção de Operações da MP Coy que integrou a NRF9 entre SET06 e JAN08, tendo participado em dois exercícios NATO, em Itália, no NRDC-IT (Solbiate Olona) e na Noruega, em Stavanger, no Joint Warfare Centre, em ambas as situações nas funções de célula de resposta da PM da Brigada Friuli (escalão superior da MP Coy).

**Pergunta 4: Qual a importância da PM nos actuais ambientes operacionais? E quais os contributos?**

**R:** A importância da PM nos actuais ambientes operacionais é inerente ao alargado espectro de missões que este tipo de forças pode cumprir. De facto, procedendo a uma breve análise às áreas funcionais (o termo missões entrou em desuso pelo abuso que dele foi feito) da PM – Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem; Controlo de Circulação; Prisioneiros de Guerra; e



Segurança de Área – facilmente se conclui que a característica mais importante da PM é a flexibilidade inerente à sua organização. A grande amplitude do apoio prestado deve-se à agilidade e versatilidade na adaptação ao tipo de missão ou ambiente operacional.

Como factor multiplicador do potencial de combate, a PM apoia o Comandante da manobra, contribuindo para o aumento substancial do potencial de combate da Força de que depende, através da integração de esforços, seja no apoio de combate ou no apoio de serviços. Em acumulação com suas quatro áreas funcionais, a PM, pode ainda, suprir informação policial e/ou criminal a outras forças ou agências civis.

Em suma, a PM tem a capacidade para facilitar os movimentos das forças ou meios de combate, garantir segurança e protecção a instalações ou meios críticos, contribuir para a Protecção da Força através de operações de Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem; e ainda, efectuar a recolha e disseminação de informação policial e *intelligence*. Como qualquer força, pode ainda combater como força de manobra, embora não seja essa a sua principal missão.

**Pergunta 5: No âmbito das actividades e tarefas desenvolvidas nas OAP, considera que as forças de PM trazem vantagens em relação às unidades de manobra? Quais?**

**R:** Em OAP, as unidades PM trazem todas as vantagens em relação às unidades de manobra. Após a análise efectuada na resposta à questão anterior e, efectuando uma comparação com o espectro de tarefas executadas actualmente nas OAP, facilmente se conclui que as OAP são, na sua essência, missões da PM, enquadrando quase na perfeição as suas quatro áreas funcionais.

## **APÊNDICE C**

### **ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SARGENTO-AJUDANTE VÍTOR SANTOS**

A entrevista ao Sargento Ajudante Victor Manuel da Conceição Santos foi realizada na Unidade de Aviação Ligeira do Exército, em Tancos. Foi gravada através de um telefone móvel da marca Sony Ericsson modelo K610i a 7 de Abril de 2009. Os elementos considerados importantes foram transferidos para este anexo.

**Pergunta 1: Que funções desempenha actualmente?**

**R:** Comandante do Pelotão de Polícia do Exército no Comando da Brigada de Reacção Rápida.

**Pergunta 2: Que formação tem no âmbito da PM?**

**R:** Além do Curso de Polícia do Exército, possuo formação no âmbito policial de defesa pessoal.

**Pergunta 3: Já esteve em alguma OAP a desempenhar funções de PM? Quais, em que âmbito (NATO, ONU)? (ano da missão)**

**R:** Em Angola, em 1994, fiz parte da primeira equipa de assessoria no território angolano. Era uma missão de formação. Em 2005, no Afeganistão, estive integrado na ISAF no Afeganistão. Aí desempenhava funções estritamente de PM, onde constituíamos a *International Military Police*.

**Pergunta 4: No âmbito da PM, que actividades e/ou tarefas desempenhou no terreno?**

**R:** Tínhamos várias missões que abrangiam um enorme leque. A normal missão de manutenção da disciplina, lei e ordem. A investigação de pequenos delitos, digo pequenos porque a partir de determinado patamar passava para a responsabilidade de equipas especializadas na condução da missão de investigação criminal. Tínhamos também a missão de *check-in* a todos os passageiros e bagagens, militares e civis e embarcavam no aeroporto militar. Aconteceu algumas vezes, por suspeita, efectuar revistas a passageiros e bagagens. Tínhamos as missões de patrulhamento e levantamento de acidentes de trânsito. Efectuámos também a missão de escoltas.

**Pergunta 5: Essas tarefas que executou estavam de acordo com as que era suposto desempenhar?**

**R:** Sim, considero que sim. As actividades desenvolvidas no TO foram de encontro aquilo que tinha idealizado. Foi uma missão muito enriquecedora do ponto de vista profissional e realização pessoal, porque fui desempenhar missões numa área da qual gosto muito junto de militares de vários países. Aprendi bastante nessa missão.

**Pergunta 6: Sentia-se totalmente preparado para o desempenho dessas actividades?**

**R:** Sim. Para isso muito contribuiu a formação que tenho vindo a complementar na área de PM. Não senti a necessidade de formação extra no TO, mas é claro que nas áreas em que não sentia muito à vontade tive que ler, tive que aprender e tirar dúvidas para aprimorar procedimentos junto dos restantes camaradas dos outros países. por exemplo, na condução de uma área que não se faz em Portugal, a investigação de pequenos delitos, que mencionei à pouco.

**Pergunta 7: Qual a importância da PM nos actuais ambientes operacionais? E quais os contributos?**

**R:** Na minha opinião tem uma enorme importância, sobretudo pelas características das suas missões típicas. Há determinados tipos de missões que são específicas da PM, por exemplo, os patrulhamentos urbanos, os *check points* ou as missões de segurança pessoal são áreas que a PM está treinada para a sua condução e portanto tem o dever de as desempenhar bem.

## APÊNDICE D

### QUADRO DA RELAÇÃO ENTRE AS ACTIVIDADES E TAREFAS DESENVOLVIDAS NAS OAP E AS MISSÕES DE PM.

Tipos de actividades e tarefas nas OAP <sup>60</sup>	Actividades e Tarefas da PM <sup>61</sup>	Missões da PM			
		CC <sup>62</sup>	ML <sup>63</sup>	SA <sup>64</sup>	PG <sup>65</sup>
Observação e monitorização	- Reconhecimento e vigilância de área e itinerários; - Controlo de refugiados; - Patrulhamentos;	X	X	X	X
Supervisão de tréguas e cessar-fogos	- Imposição da lei; - Reconhecimento e vigilância de áreas; - Controlo de refugiados; - Controlo de danos; - Investigação criminal.	X	X	X	
Interposição	- Postos de controlo; - Segurança de áreas. (interdição)	X		X	
Assistência à transição	- Controlo de refugiados e deslocados; - Patrulhamentos; - Postos de controlo; - Segurança a altas Entidades.	X	X	X	
Desarmamento, desmobilização e reintegração	- Postos de controlo; - Imposição da lei; - Reconhecimento e vigilância de Área.	X	X	X	
Restabelecimento da lei e da ordem	- Imposição da lei; - Postos de fiscalização; - Anti terrorismo; - Controlo de danos.	X	X	X	X
Protecção de operações humanitárias	- Resolução dos problemas de circulação; - Segurança a entidades, material e equipamento; - Escoltas a colunas de viaturas.	X		X	
Protecção dos direitos humanos	- Escoltas; - Investigação criminal; - Reconhecimento e segurança de Área; - Patrulhamentos.	X	X	X	X

<sup>60</sup> De acordo com o Regulamento de Campanha Operações (EME, 2005). Ver Anexo G – Glossário das Actividades e Tarefas nas OAP.

<sup>61</sup> Foram levantadas as consideradas mais importantes para o cumprimento das actividades e tarefas nas OAP.

<sup>62</sup> Controlo de Circulação.

<sup>63</sup> Manutenção da Lei e Ordem.

<sup>64</sup> Segurança de Área.

<sup>65</sup> Prisioneiros de Guerra.

Inativação de explosivos e limpeza de campos de minas	ENGENHARIA MILITAR				
Contenção de conflitos	- Reconhecimento e vigilância de itinerários; - Patrulhamentos; - Reconhecimento e segurança de áreas.	X	X	X	
Separação de beligerantes	- Patrulhamentos; - Reconhecimento e segurança de área; - Interdição de áreas.	X		X	
Estabelecimento e supervisão de áreas protegidas ou seguras	- Postos de controlo; - Patrulhamentos; - Reconhecimento e segurança de área; - Anti terrorismo;	X		X	
Garantia e negação de movimentos	- Resolução dos problemas de circulação; - Sinalização de itinerários; - Reconhecimento de área; - Escoltas.	X		X	
Imposição de sanções	- Reconhecimento e vigilância de itinerários; - Postos de controlo; Imposição da lei; - Investigação criminal.	X	X		

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### ARTIGO 5º DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

**Washington D.C. - 4 April 1949**

*The Parties to this Treaty reaffirm their faith in the purposes and principles of the Charter of the United Nations and their desire to live in peace with all peoples and all governments.*

*They are determined to safeguard the freedom, common heritage and civilisation of their peoples, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law. They seek to promote stability and well-being in the North Atlantic area.*

*They are resolved to unite their efforts for collective defence and for the preservation of peace and security. They therefore agree to this North Atlantic Treaty:*

(...)

#### **Article 5**

The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defence recognised by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area.

Any such armed attack and all measures taken as a result thereof shall immediately be reported to the Security Council. Such measures shall be terminated when the Security Council has taken the measures necessary to restore and maintain international peace and security.

(...)

**Fonte:** <http://www.nato.int>

## ANEXO B

## PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE CONTROLO DE CIRCULAÇÃO

LEGEND	Stragler Control	Route Enforcement	Route Recon & Surveillance	Refugee Control	Refugee Advice	Intel Collecting/Reporting	Information Dissemination	Host Nation Liaison	Convoy Escorts	Point of Entry Operations	Route Signing	Heavy Equipment Escort	Traffic Accident Investigation										
X FULL CAPABILITY - PARTIAL CAPABILITY																							
BELGIUM	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X										
CANADA																							
CZECH REPUBLIC	X	X	X			X		X					X										
DENMARK	X	X	X	X	X	-	X	X															
FRANCE		X	-	X		X		X															
GERMANY	X	X	X	X	X		X	X															
GREECE																							
HUNGARY																							
ITALY		X	X	X	X	X	X	X															
NETHERLANDS	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X										
NORWAY	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X										
POLAND	X	X	X	-	-		-	X	X			X	X										
PORTUGAL																							
SPAIN																							
TURKEY																							
UNITED KINGDOM	X	X	X	X	X	-	X	X															
UNITED STATES	X	X	X	X	X	X	X	X															

Fonte: APP 12. 2000



## ANEXO C

## PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE LEI E DA ORDEM

LEGEND	Law Enforcement	Criminal Investigation	Confinement Operations	Traffic Investigations	Terrorism Counteraction	Patrol Dogs	War Crimes Investigation															
X FULL CAPABILITY - PARTIAL CAPABILITY																						
BELGIUM	X	-	X	X																		
CANADA																						
CZECH REPUBLIC	X	X		X																		
DENMARK	X	-	-	X																		
FRANCE	X	X		X	X		X															
GERMANY							-															
GREECE																						
HUNGARY																						
ITALY	X	X		X	X	X	X															
NETHERLANDS	X	X		X	X		X															
NORWAY	X	X		X	X	X	X															
POLAND	X	X	X	X	-		X															
PORTUGAL																						
SPAIN																						
TURKEY																						
UNITED KINGDOM	X	X	-	X	X	X	X															
UNITED STATES	X	X	X	X	X	X	X															

Fonte: APP 12, 2000

[illegible]

## ANEXO E

## PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES DE PRISIONEIRO DE GUERRA

LEGEND	EPW Advice	EPW Collection	EPW Evacuation	EPW Internment	Observe EPW Rights	EPW Registration																	
<b>X FULL CAPABILITY</b> <b>- PARTIAL CAPABILITY</b>																							
BELGIUM	X	X	X	X																			
CANADA																							
CZECH REPUBLIC																							
DENMARK	X	X																					
FRANCE					X	X																	
GERMANY	X	X	X																				
GREECE																							
HUNGARY																							
ITALY					X																		
NETHERLANDS	X	X	X	X	X	X																	
NORWAY	X	X	-	-	-	X																	
POLAND					X																		
PORTUGAL																							
SPAIN																							
TURKEY		-	-	-																			
UNITED KINGDOM	X																						
UNITED STATES	X	X	X	X																			

Fonte: APP 12. 2000

## ANEXO F

**PAÍSES DA OTAN COM CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO NAS ACTIVIDADES  
DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE POLÍCIA MILITAR**

<b>LEGEND</b> X FULL CAPABILITY ° PARTIAL CAPABILITY	Information Gathering			Area Control		Public Order Ops			Local Civ. Police Support				Special Assets							
	Info matio	Info matio	Crimi nal	Patrol ling	Cont ct	Interv ention	Use of	Negot iation	Patrol and	Invest igatio	Agree ment	Speci al	Dog Units	SWA T	Snipe rs					
BELGIUM	X			X	X				X		X									
CANADA																				
CZECH REPUBLIC																				
DENMARK																				
FRANCE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
FINLAND																				
GERMANY																				
GREECE																				
HUNGARY																				
ITALY	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
NETHERLANDS																				
NORWAY																				
POLAND																				
PORTUGAL																				
SPAIN	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
SWEDEN																				
TURKEY	X	°		X	X				X											
UNITED KINGDOM																				
UNITED STATES																				

Fonte: APP 12, 2000

## ANEXO G

### GLOSSÁRIO DAS ACTIVIDADES E TAREFAS NAS OAP

O presente Glossário tem como fonte bibliográfica o Capítulo 14 do Regulamento de Campanha – Operações (EME, 2005). Apresentam-se, segundo este referencial, as 14 actividades e tarefas que podem ser desenvolvidas nas OAP e destina-se a uma melhor compreensão destas actividades que foram referidas ao longo do trabalho.

**Observação e monitorização** - É a tarefa básica das OAP. Pode ser conduzida por meios marítimos e aéreos, incluindo satélites. Tradicionalmente, são as forças no terreno ou as equipas de observadores que actuam próximo das partes em conflito e da população, que agem como “olhos e ouvidos” dos escalões superiores. Por vezes, a sua presença é suficiente para evitar violações de cessar-fogos ou de acordos de paz. Esta tarefa consiste em observar, monitorizar, verificar e relatar o desenvolvimento de uma situação (cessar-fogo ou condições de um acordo).

**Supervisar tréguas e cessar-fogo** - As forças militares poderão ser designadas para cumprir tarefas de supervisão de especificações relativas a tréguas e cessar-fogos inseridos em acordos, planos de paz ou tratados, incluindo as seguintes tarefas:

- Separação, contenção, desarmamento e desmobilização de forças em confronto;
- Observância dos detalhes de um acordo, tais como: troca de prisioneiros de guerra, cadáveres e medidas de controlo de armamento;
- Ligação entre as partes e todos os elementos da força, militares e civis;
- Negociação e mediação entre as partes em disputa;
- Investigação de denúncias e violações ao previsto em acordos ou tratados;
- Apoio ao movimento e recolocação de refugiados e deslocados;
- Auxílio às Nações Unidas e a forças de polícia no deslocamento para locais/áreas seguras de elementos de etnias distintas residentes em zonas de separação ou áreas potencialmente hostis.

**Interposição** - Este tipo de actividades têm por objectivo principal manter forças oponentes devidamente separadas, através da interposição de uma força ali colocada para esse efeito. Normalmente implicam o estabelecimento de uma zona tampão (*buffer zone*), ou, onde as comunidades se encontram misturadas etnicamente, o estabelecimento de zonas de separação. Para o efeito, a PSF deverá possuir a capacidade necessária para produzir um efeito dissuasor na contenção e separação dos beligerantes.

**Assistência à transição** - Esta tarefa reporta-se a todas as formas de assistência militar a uma autoridade civil ou comunidade, por norma, numa situação de retorno ou de transição para a paz e estabilidade. Na prática, constitui um tipo de actividade mais característica de uma situação de pós-conflito. As tarefas cometidas à PSF, podem abranger as seguintes:

- Supervisão – tarefas importantes de supervisão relativas à transição do poder para as autoridades locais, reforma das forças locais e recolocação de deslocados e refugiados, para além de outras.
- Administração e Manutenção de Serviços Públicos – com o objectivo de restaurar ou assegurar as funções de administração e a manutenção de serviços públicos essenciais, tais como: fornecimento de água, víveres, saúde e higiene.
- Protecção – a criação de um ambiente seguro pode incluir a protecção de indivíduos, comunidades ou instalações.
- Intervenção – a capacidade da PSF para fazer face a novos incidentes é essencial para manter o controlo da situação e a iniciativa. Em todas as operações militares os comandantes devem prever a existência de reservas e de planos de contingência para fazer face a tais situações.
- Controlo – neste tipo de actividades, a uma PSF pode ser cometido o apoio de medidas de controlo colectivo, que pode incluir desde sanções económicas até medidas de recolher obrigatório.
- Coordenação – em OAP de larga escala e de elevada complexidade poderá existir a necessidade de coordenar as actividades de um elevado número de agências civis (ONG – Organizações Não-Governamentais, PVO - *Private Voluntary Organization* e outras).
- Lei e Ordem – operações de assistência militar contribuirão para o objectivo geral da manutenção da lei e da ordem. A responsabilidade por tal desiderato é das forças de polícia e das autoridades civis. Para o efeito, ao longo de uma PSO, a PSF deve proceder à transferência gradual deste tipo de responsabilidades para estas entidades o mais cedo possível.

- Apoio a processos eleitorais – o restabelecimento da lei e da ordem e a criação de um ambiente seguro constituem pré-requisitos fundamentais para uma condução com sucesso de um processo eleitoral. Sem a garantia de alguma protecção e segurança, os indivíduos não terão confiança para votar e, como tal, o processo eleitoral poderá redundar num fracasso. O apoio militar a um processo desta natureza, pode tomar diversas formas, o mais comum consiste no estabelecimento e protecção dos locais de voto e na garantia do transporte em segurança dos boletins de voto e do pessoal envolvido no processo eleitoral.

**Desarmamento, desmobilização e reintegração** - As operações de desarmamento e desmobilização são uma das fases transitórias para a integração na sociedade do pessoal militar considerado excedentário. Este tipo de operação envolve inúmeras agências militares e civis responsáveis pela execução de um plano integrado. Na prática, só é possível desmobilizar quando estiver criado um clima de segurança e de confiança que conduza ao desarmamento e desmobilização das forças envolvidas no conflito. Incentivos financeiros e emprego futuro constituem factores que estimulam igualmente o desarmamento e desmobilização. O processo de desarmamento, desmobilização e reintegração é moroso, perpetuando-se no tempo, e inclui as seguintes fases:

- Acordo de paz;
- Estabelecer e manter o cessar-fogo;
- Retirada, reunião e acantonamento dos beligerantes;
- Desarmamento das forças beligerantes;
- Desmobilização;
- Reabilitação dos beligerantes.

**Operações de restabelecimento da lei e da ordem** - A restauração da lei e da ordem é geralmente uma tarefa para a polícia ou para as autoridades locais, no entanto, em situações de caos associado a uma crise complexa, em que as partes não são coerentes com os acordos estabelecidos, são indisciplinadas e existem elementos ligados ao crime organizado, então, nessas circunstâncias pode competir às forças militares participar em actividades de:

- Contra-insurreição;
- Contra terrorismo;
- Combate ao crime organizado;

- Impor os termos específicos previstos num mandato.

Para o cumprimento deste tipo de tarefas dever-se-á ter em atenção a legislação nacional que pode limitar, ou até, impedir a intervenção das forças militares.

**Protecção de operações humanitárias** - Decorrem num ambiente estável e seguro, que proporcione as devidas condições para a prossecução das operações humanitárias por parte de entidades civis. Estas tarefas consistem fundamentalmente em:

- Escolta a colunas;
- Protecção de depósitos e equipamentos;
- Protecção de todos os elementos envolvidos em operações humanitárias.

**Protecção de direitos humanos** - As OAP, cada vez mais, decorrem em cenários onde se verificaram ou verificam abusos de direitos humanos, limpezas étnicas e genocídios. Estas situações decorrem muitas vezes em situações de estados em colapso em que as autoridades locais já não controlam os acontecimentos ou são inexistentes. Nesses casos, só uma força preparada para combate pode operar em tal ambiente por forma a conter as violações dos direitos humanos e alcançar um ambiente estável e seguro. A sua presença contribuirá decisivamente para aliviar o sofrimento da população, usualmente a principal vítima nas mãos de bandos e grupos armados. Igualmente, importa proceder à elaboração de relatórios a enviar às agências de direitos humanos por forma a permitir a viabilização de futuras investigações.

**Inactivação de explosivos e limpeza de campos de minas** - A inactivação de engenhos explosivos e a limpeza de campos de minas nas zonas de combate são tarefas da responsabilidade das partes em conflito. Em teoria, a sua localização deveria constar de planos de obstáculos, o que por vezes não se verifica. A não ser que o mandato o especifique, à PSF não é permitida a realização de tais tarefas, no entanto, no caso deste tipo de engenhos colocar em causa o cumprimento da missão ou ameaçar os itinerários ou vias de comunicação marítima, então, é permitida a sua execução.



**Contenção de conflitos** - A contenção de conflitos consiste na realização de tarefas de prevenção de “actos hostis” que imponham aos beligerantes a cessação das hostilidades, evitando a sua propagação para áreas/estados vizinhos.

**Separação de beligerantes** - A separação de beligerantes requer um elevado grau de força tendo em vista obrigar as partes em conflito a separarem-se, possibilitando assim a conduta e o sucesso da actividade diplomática.

**Estabelecer e supervisionar áreas protegidas ou seguras** - O primeiro passo consiste em desmilitarizar estas áreas. Logo que conseguido, devese- á protegê-las através de medidas adequadas e que poderão ser, para além doutras, patrulhamentos e controlo de acessos.

**Garantir e negar movimentos** - Visa garantir ou negar o movimento por terra, mar ou ar em determinadas áreas. Para o efeito, é indispensável a existência de forças militares com elevado potencial. Normalmente, estas operações são controladas a nível estratégico ou operacional, e podem incluir:

- Imposição de zonas de exclusão marítima;
- Imposição de zonas de exclusão aérea (*No Fly-Zone*);
- Criação de corredores seguros que permitam a realização das tarefas de ajuda humanitária, o deslocamento seguro de deslocados/refugiados e ainda, o deslocamento das próprias forças.

**Imposição de sanções** - Podem ser consideradas sinónimas das operações de negação de movimentos. Geralmente verificam-se quando a diplomacia e outros métodos falharam. As sanções podem ser económicas, diplomáticas ou de negação de determinadas ligações, privando assim o movimento dos que se localizam em áreas abrangidas pelas sanções. Podem ser conduzidas parcialmente contra uma das partes, ou, imparcialmente, sobre uma área abrangendo todas as partes. À força militar compete fiscalizar as sanções estabelecidas.